

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

VII Congresso Internacional de Educação Ambiental
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

MAPUTO | 4 a 7 julho 2023





FICHA TÉCNICA

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

*Francisco Teixeira
Augusto Serrano*

Índice

INTRODUÇÃO	6
ANTECEDENTES	8
ATIVIDADES PRÉ CONGRESSO	15
REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CPLP	15
REUNIÕES PREPARATÓRIAS	16
AVALIAÇÃO DE PROJETO CANDIDATO A FINANCIAMENTO	17
VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA	19
<i>Eixo Temático 1 - Educação Ambiental e Políticas Públicas</i>	19
<i>Eixo Temático 2 - Educação Ambiental e Cidadania</i>	20
<i>Eixo Temático 3 - Educação Ambiental, Limites Planetários e Desafios Globais</i>	20
<i>Eixo Temático 4 - Educação Ambiental e Diversidades</i>	21
ESPAÇO EXPOSITIVO DE PORTUGAL	22
PARTICIPAÇÃO DA APA	24
CONFERÊNCIAS	25
CURSOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	26
<i>Curso de Avaliação de Impacte Ambiental</i>	28
<i>Avaliação do Curso de Avaliação de Impacte Ambiental</i>	32
<i>Curso de Educação Ambiental</i>	35
<i>Avaliação do Curso de Educação Ambiental</i>	37
COMUNICAÇÕES ORAIS	40
SAÍDA DE CAMPO AO PARQUE NACIONAL DE MAPUTO	41
ATIVIDADES PÓS CONGRESSO	43
CONTACTO COM PROJETOS E EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	43
<i>Projeto da Cooperativa de Educação Ambiental Repensar, em Macaneta</i>	43
<i>Centro de Interpretação Ambiental (CIAM), em Maputo</i>	45
REUNIÕES	46
<i>Reunião com a Delegação de Angola</i>	46
CANDIDATURA DO BRASIL À ORGANIZAÇÃO DO VIII CONGRESSO	49
CARTA DE MAPUTO	51
ANEXO	53
CARTA DE MAPUTO	53



Índice de Figuras

Figura 1: Sessão de Abertura do VII congresso Internacional de educação Ambiental dos Países e comunidades de Língua Portuguesa.....	22
Figura 2: Visita do Presidente da República de moçambique ao stand de Portugal.....	23
Figura 3: Visita de representantes de diversas entidades ao Stand da APA.....	23
Figura 4: Momentos da apresentação da ENEA.....	25
Figura 5: Abertura dos cursos de AIA e de Educação Ambiental.....	28
Figura 6: Momentos curso AIA.....	30
Figura 7: Grau de satisfação do curso AIA.....	32
Figura 8: Temas com mais interesse para os formandos.....	32
Figura 9: Temas com menos interesse para os formandos.....	33
Figura 10: Avaliação dos formadores.....	33
Figura 11: Avaliação global do curso AIA.....	33
Figura 12: Momentos Curso de EA.....	36
Figura 13: Grau de satisfação do curso de EA.....	37
Figura 14: Temas preferencias do curso de EA.....	38
Figura 15: Avaliação global do curso de EA.....	39
Figura 16: Momentos da apresentação.....	41
Figura 17: Programa Hora de Agir – RTP3.....	43
Figura 18: Visita à Cooperativa <i>Repensa</i>	44
Figura 19: Visita ao CIAM.....	45
Figura 20: <i>Karelia Botelho e Augusto Serrano</i>	46





INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância dos processos de Educação Ambiental nas políticas públicas de Ambiente esteve sempre presente desde os seus primeiros exercícios, tanto internacionais como nacionais. A difusão de informação, a sensibilização para desafios e comportamentos concretos, o envolvimento das comunidades e sua ativa participação na tomada de decisão assumiram-se dimensões essenciais face a comportamentos ambientais global e urgentemente requeridos.

Neste contexto, resultam evidentes os esforços de compromisso suprarregional levados a cabo desde 1970 até aos nossos dias, de que são exemplo as frequentes conferências internacionais sob a égide das Nações Unidas.

À escala nacional, colhendo esforços das suas sociedades civis foram sendo construídas agendas e instrumentos de ação, de diferentes hierarquias e graus de compromisso de educação ambiental. Portugal tem-se destacado nesta dinâmica, por impulso público e com redobrado empenho das suas organizações não-governamentais, seja no desenvolvimento de referenciais e instrumentos pedagógicos, formação de quadros, apoio e dinamização de projetos, adoção de planos de sustentabilidade ou na cooperação entre agentes. As diferentes e regulares jornadas, seminários ou encontros (nacionais) neste domínio evidenciam reconhecimento da massa crítica e capacidade instaladas que têm permitido cooperação para além das fronteiras físicas locais.

Um dos amplos exemplos da competência disponível e determinação estruturada, envolvendo iniciativa abrangente do mundo associativo (destaque para a ONGA nacional ASPEA-Associação Portuguesa de Educação Ambiental) e académico permitiu, desde 2005, lançar o *Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, evento promovido bianualmente e que vem agregando apoio redobrado das autoridades nacionais, também via CPLP.

Portugal, assume desde 2017 a sua *Estratégia Nacional de Educação Ambiental* (ENEA), compromisso fundamental que acolhe reconhecimento dos seus agentes e comunhão dos seus princípios e medidas.

A continuada concretização desta Estratégia privilegia um trabalho temático e transversal capaz de garantir os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio da sustentabilidade, dos quais se destacam o *Acordo de Paris* e os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* da *Agenda 2030*.



Reitera-se a responsabilidade de conjugar experiências, agregar prioridades e partilhar recursos em torno dos seus eixos temáticos e medidas enquadradas pelos objetivos estratégicos: *Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta e Educação Ambiental + Participada.*

Entre as medidas promovidas, a *Promoção de iniciativas de reflexão e debate (reflexão de dimensão nacional e/ou internacional no domínio da EA, nomeadamente apoiar congressos, seminários e outros fóruns de debate, de âmbito nacional e internacional e apoiar iniciativas de EA no âmbito da Cooperação Portuguesa) ganha particular execução com estes congressos internacionais de educação ambiental dos países e comunidades de Língua Portuguesa.*

Reconhecendo a premência desta dinâmica, a tutela nacional de Ambiente tem vindo a assumir relevante apoio técnico e financeiro a projetos de cooperação ao longo dos últimos anos; esse esforço, através da APA (em colaboração com a SGMAAC-Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática), mantém-se próximo e visível no suporte e compromisso com esta iniciativa internacional.



ANTECEDENTES



I Congresso Internacional de
Educação Ambiental
dos Países Lusófonos e Galicia
24-27 setembro 2007 Santiago de Compostela



II Congresso Internacional de
Educação Ambiental
dos Países Lusófonos
9-13 de setembro 2013, Cuiabá: Brasil



III Congresso Internacional
de Educação Ambiental
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

O **I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Galiza** ocorreu em **2007** em **Santiago de Compostela**, contando com 250 participantes, oriundos dos oito países de língua portuguesa e Galiza.

O **Brasil promoveu, em 2013, o II Congresso Lusófono de Educação Ambiental dos países de língua portuguesa e Galiza, em Cuiabá, Mato Grosso** reunindo também grande número de especialistas, quer públicos, quer da sociedade civil.

Em 2015, Portugal recebeu o III Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e das Comunidades de Língua Portuguesa na Torreira, Murtosa (Aveiro) entre 8 e 11 de julho. A Comissão Organizadora desta edição integrou representantes de três instituições: uma ONGA (ASPEA- Associação Portuguesa de Educação Ambiental), uma Universidade (Fábrica Centro Ciência Viva, Universidade de Aveiro) e uma autarquia (C.M. da Murtosa). Considerando importante ter um olhar transversal e abrangente, a organização contou com um grupo de consultores de diversas entidades, em que se integrava a APA.

Esta Agência apoiou institucionalmente esta edição do congresso. O DCOM esteve representado através do Diretor de Departamento, Francisco Teixeira, do Chefe de Divisão, Augusto Serrano e dos técnicos Jorge Neves e Lurdes Soares, ambos do mesmo departamento. Foram apresentadas 3 comunicações com temas relacionados com as atribuições deste departamento, nomeadamente: *Desafios da Educação Ambiental para a Sustentabilidade; Democracia Ambiental; Equipamentos de Educação Ambiental.*

O DCOM assegurou ainda uma moderação de mesa redonda e a representação da tutela na Sessão de Encerramento.





O **IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa** teve a sua edição em **2017**, na **ilha do Príncipe**, em São Tomé e Príncipe, no mês de julho.

O programa do IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa deu continuidade à metodologia dos congressos anteriores, contribuindo para a promoção e formulação de políticas públicas que ajudem ao fortalecimento da educação ambiental nos países Lusófonos e Galiza.

A estrutura do congresso foi idealizada com base nas sugestões e contributos resultantes do processo participativo na REDELUSO e desenvolver-se-á em 8 eixos temáticos:

1. *Identidade(s) do campo e políticas públicas em Educação Ambiental;*
2. *A Educação ambiental na resposta às alterações climáticas e aos riscos e desastres ambientais;*
3. *A Educação Ambiental nos equipamentos, interpretação e conservação*
4. *A Educação Ambiental no sistema educativo;*
5. *As fronteiras da Educação Ambiental: ética, inclusão, género, paz e justiça;*
6. *A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais;*
7. *A Educação Ambiental nos saberes tradicionais e manifestações culturais-artísticas;*
8. *A Educação Ambiental-Educomunicação nas redes sociais e tecnologias de informação.*

Este fórum assumiu como objetivos específicos:

- Fortalecer processos conjuntos de investigação, formação e informação, no campo da Educação Ambiental, contribuindo para o debate sobre o futuro do planeta. Isto representa um convite aos participantes para articularem suas identidades perante os desafios da Educação Ambiental nos países Lusófonos e Galiza;
- Melhorar a produção científica em português, valorizando as iniciativas de revistas periódicas e outros meios de divulgação sobre Educação Ambiental;
- Promover a comunicação científica sobre a Educação Ambiental por meio da comunicação educativa, como os materiais pedagógicos e os diversos sistemas digitais, como blogs, sites, redes escolares e listas de discussão;
- Construir um processo de aprendizagens permanente que favoreça a identidade lusófona na estrutura filosófica de Educação Ambiental.

O evento decorreu sob o tema "A terra é uma Ilha" e Portugal participou com 54 delegados, seguido pelo Brasil, com 20, Guiné-Bissau, com 14, Angola, com seis, Galiza também com seis,



Moçambique, com cinco, Cabo Verde, com quatro, Timor Leste, com três, o país anfitrião com 148 (São Tomé 52, Príncipe 96) e um delegado representante do México.

Participação da APA no IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa:

A APA apoiou institucional e financeiramente o IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.

A APA e a SGMAMB partilharam as despesas de deslocação e alojamento de dois técnicos superiores da Administração Pública por país dos PALOP e Timor Leste, através do montante que tinham no fundo especial da CPLP.

Neste âmbito, foi integrado no congresso um curso de *Avaliação de Impacte Ambiental* dirigido a técnicos da Administração Pública dos PALOP e de Timor Leste, necessidade de formação que tem sido insistentemente diagnosticada e solicitada por estes países. Articulou-se desta forma, a oportunidade deste grupo adquirir competências quer em AIA, quer na promoção da Educação Ambiental através da participação neste Congresso.

Foram formadores da APA, Augusto Serrano, cuja divisão inclui as competências de Educação Ambiental e Participação Pública de AIA e a técnica superior Rita Fernandes do DAIA, departamento com responsabilidade na Avaliação de Impacte Ambiental e Pós-Avaliação.

Foram apresentadas, pelo Chefe de Divisão Augusto Serrano 5 comunicações orais no Congresso, nomeadamente: *Estratégia Nacional de Educação Ambiental; Democracia Ambiental; Portal Participa.pt; Portal do Estado do Ambiente; Constituição e dinâmica de ONGA.*

Durante o Congresso os representantes da APA e da SGMAMB foram solicitados para diversas reuniões com representantes de outras delegações, especialmente de países dos PALOP. Estas reuniões serviram essencialmente para esclarecimento de dúvidas relativas aos temas apresentados quer pela APA quer pela SGMAMB, mas também para abordar questões relativas a possíveis áreas de cooperação.

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA2020) suscitou bastante interesse nesses contatos, especialmente entre as delegações de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde. Foi sempre referida a intenção de cooperação com a APA e Ministério do Ambiente de Portugal no sentido de construção de outras estratégias de Educação Ambiental de PALOP.

A participação e o apoio da APA ao IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa foi unanimemente reconhecida, quer pelo Governo Regional do Príncipe e organização, quer pelos diversos delegados e participantes.





BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-18 abril

V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa – 2019 – Guiné-Bissau

A organização do V *Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa* anuncia que irá decorrer na ilha de Bubaque, região de Bolama - Bijagós, Guiné-Bissau, entre os dias 14 e 18 de abril de 2019.

A programação contou com a multiplicidade de olhares que cruzam com o campo da Educação Ambiental, fortalecendo o amplo debate no fórum promovido pela Rede Lusófona sobre o tema "Crise Ecológica e Migrações: leituras e respostas da Educação Ambiental".

Dando seguimento ao trabalho desenvolvido pelos congressos anteriores foram objetivos da edição de 2019:

- 1- Promover a divulgação de projetos de investigação científica, a troca de experiências pedagógicas, a partilha de projetos comunitários e o reforço das redes nas áreas da Educação Ambiental, Cooperação e Desenvolvimento;*
- 2- Promover a cooperação entre atores educativos das comunidades e países da CPLP, capacitando-os para atuar ao nível das políticas de responsabilidade ambiental e de justiça social;*
- 3- Reforçar o papel político da Educação Ambiental, considerando a educação e o ambiente como "a chave para a democratização da nossa casa comum", no sentido de promover novas formas de governança em diferentes tipos de organizações políticas e da sociedade civil, através de metodologias participativas e de decisão democrática.*

Reconhecendo o trabalho que a APA têm vindo a desenvolver no campo da Educação Ambiental, a organização convidou o Diretor do DCOM, Francisco Teixeira e o Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental, Augusto Serrano a participar na *Comissão de Articulação*.

A APA apoiou institucionalmente esta edição do Congresso e assegurou a participação do Diretor do Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiente, Francisco Teixeira.

A SGMAAC apoiou as despesas de deslocação e alojamento de um técnico superior da Administração Pública por país dos PALOP e Timor Leste, através do montante que tem no fundo especial da CPLP.

Neste âmbito, e na sequência do último congresso realizado no Príncipe, foi integrado no congresso um curso de *Avaliação de Impacte Ambiental* dirigido a técnicos da Administração Pública dos PALOP e de Timor Leste, necessidade de formação que tem sido continuamente



diagnosticada por estes países. Articulou-se desta forma, a oportunidade deste grupo adquirir competências quer em AIA, quer na promoção da Educação Ambiental através da participação neste Congresso. Foram formadores da APA o Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental, Augusto Serrano, e a técnica superior Rita Fernandes do DAIA.

Foram apresentadas, pelo Diretor de Comunicação e Cidadania Ambiental 4 comunicações orais no Congresso, nomeadamente: *Estratégia Nacional de Educação Ambiental*; *Conceito e Organização em Rede de Equipamentos de Educação Ambiental em Portugal*; *As ONGA enquanto parceiros estratégicos das comunidades escolares em Portugal*; *Cooperação Institucional entre as Tutelas da Educação e Ambiente em Portugal*.



VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa – 2021 – Cabo Verde

Realizou-se em Cabo Verde, sob organização da Universidade de Cabo Verde (UNICV), nas Ilhas de São Vicente e Santo Antão, entre os dias 31 de Outubro a 6 de Novembro o VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa – 2021.

O Congresso visa contribuir para a formulação de políticas públicas que ajudem ao fortalecimento da educação ambiental nos países Lusófonos e Galiza. Este espaço tem como objetivos específicos:

- Fortalecer processos conjuntos de investigação, formação e informação, no campo da Educação Ambiental, contribuindo para o debate sobre o futuro do planeta. Isto representa um convite aos participantes para articularem suas identidades perante os desafios da Educação Ambiental nos países Lusófonos e Galiza;
- Melhorar a produção científica em português, valorizando as iniciativas de revistas periódicas e outros meios de divulgação sobre Educação Ambiental;
- Promover a comunicação científica sobre a Educação Ambiental por meio da comunicação educativa, como os materiais pedagógicos e os diversos sistemas digitais, como blogs, sites, redes escolares e listas de discussão;
- Construir um processo de aprendizagens permanente que favoreça a identidade lusófona na estrutura filosófica de Educação Ambiental.



A estrutura do congresso foi idealizada com base nas sugestões e contributos resultantes do processo participativo na REDELUSO e desenvolveu-se em 5 eixos temáticos:

- Eixo Temático 1 - A Educação Ambiental e a literacia oceânica;
- Eixo Temático 2 - A Educação Ambiental, Direitos Humanos e a Crise Climática;
- Eixo Temático 3 - A Educação Ambiental e atividades socioeconómicas como valorização das comunidades locais;
- Eixo Temático 4 - A Educação Ambiental no sistema educativo, construindo a eco cidadania;
- Eixo Temático 5 - Educação Ambiental na conservação da natureza.

Foram dinamizadas diversas atividades incluídas na programação, tais como: Oficinas; Mesas de Diálogo; Minicursos; Café com poster; Apresentação de Livros e Revistas; Visitas a Iniciativas e Projetos Locais. O evento contou com cerca de 150 participantes.

A APA, com o apoio da SGMAAC, realizou o curso de Avaliação de Impacte Ambiental integrado no VI Congresso, que contou com 27 formandos dos PALOP+Timor.

O início do programa do congresso ocorreu com a conferência sobre a Estratégia Nacional de Educação Ambiental portuguesa, percurso e primeiros resultados, por Francisco Teixeira, da APA.

Pretendeu-se apresentar à comunidade CPLP uma sinopse do desenvolvimento da ENEA, dados sobre a sua execução física e financeira (cofinanciamentos aos projetos envolvidos), assim como síntese sobre a avaliação resultante de inquérito nacional realizado sobre aquela Estratégia.

Integrada no Eixo IV – Sistema Educativo, foi apresentada pela APA, a comunicação “Formação Ambiental a Forças de Segurança”.

A APA, neste contexto, estabeleceu protocolos com entidades civis e militares, com jurisdição em todo o território nacional, em cujas áreas de atuação se incluem a proteção do Ambiente, nomeadamente com a GNR – Guarda Nacional Republicana e com a PSP – Polícia de Segurança Pública.

Para a concretização dos cursos e ações de formação, a APA estabelece parcerias com diversas entidades com responsabilidade ou especialização nas diferentes áreas ambientais.

Nos últimos anos, foram promovidos cursos GNR/SEPNA, GNR/Guardas Florestais e PSP/BriPA, de até 75 horas, com componente teórica e prática envolvendo mais de 20 formadores por curso e um total de formandos que ultrapassa os cerca de 3000.

Durante o VI Congresso os representantes da APA e da SGMAAC foram solicitados para diversas reuniões com representantes de países dos PALOP.



Estas reuniões serviram essencialmente para esclarecimento de dúvidas relativas à missão e aos temas apresentados pela APA, mas também para abordar questões relativas a possíveis áreas de cooperação.

Integradas no VI Congresso foram ainda feitas visitas às comunidades locais do Planalto Norte – Ilha de Santo Antão e Monte Verde na Ilha de São Vicente.



ATIVIDADES PRÉ CONGRESSO

REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CPLP

A *Carta de Mindelo*, resultante do VI Congresso realizado em Cabo Verde, reafirmou a “importância da Educação Ambiental, enquanto processo essencial de transmissão de conhecimento e princípios de sustentabilidade, de construção da resiliência social e de salvaguarda do bem comum, (...)” afirmada na VIII reunião de ministros de ambiente da CPLP (26 de novembro 2020) deu origem à constituição de um grupo de trabalho com os Pontos Focais de Ambiente, representantes do meio académico e da sociedade civil para a redação de um documento de “Linhas orientadoras para elaboração, implementação, avaliação e revisão de Estratégias de Educação Ambiental” a apresentar ao Secretariado Executivo da CPLP.

À APA compete:

- *Propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente (...)*
- *Promover, numa lógica de parceria com diversos atores, a educação, formação e sensibilização para o Ambiente e desenvolvimento sustentável;*
- *Apoiar a consagração de conteúdos de ambiente nos programas de todos os graus de ensino, colaborando com as entidades competentes na formação dos agentes educativos e na implementação daqueles mesmos programas.*
- Assegurar a promoção da ENEA.

Neste quadro, a SGMAAC solicitou à APA a nomeação de ponto focal para a EA e representante para o grupo de trabalho de educação ambiental na CPLP para a redação das “Linhas orientadoras para elaboração, implementação, avaliação e revisão de Estratégias de Educação Ambiental”.

Foi nomeado o Diretor do Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental, Francisco Teixeira, para integrar esse grupo de trabalho.

Desde a constituição deste grupo, desde março de 2022, foram promovidas variadas reuniões, plenárias e por específicos grupos de trabalho, para edição e discussão do referido documento, que foi colocado à CPLP.



O processo participativo de construção das linhas orientadoras de apoio à “Elaboração, Implementação, Revisão e Avaliação das Estratégias nacionais de Educação Ambiental” foi objeto de específico painel (plenário) no VII Congresso.

REUNIÕES PREPARATÓRIAS

A APA, a SGMAAC e a ASPEA, desde o último trimestre de 2022 e ao longo de todo o primeiro semestre do corrente ano realizaram reuniões mensais preparatórias visando a organização do VII Congresso e a particular participação da tutela do Ambiente portuguesa.

Foram debatidas várias sugestões relativamente aos temas/paineis, intervenientes e metodologias, procurando integrar os compromissos e preocupações de Portugal junto da ASPEA, interlocutor principal da Rede Luso com a organização local do congresso.

Foram partilhados esforços de divulgação e contactos de instituições, organizações, empresas e fundações com potencial interesse de apoio e/ou participação no congresso; de igual forma foi articulada uma contínua divulgação de informação do evento e suas múltiplas formas de participação.

Foi mantido o requisito de qualidade da formação até agora assegurada para os técnicos das outras administrações públicas dos países CPLP (abarcando ainda docentes e animadores de ONG) e duplicada a oferta, assegurando-se cursos de 12 horas de AIA-Avaliação de Impacte Ambiental e de EA-Educação Ambiental, ainda que com forte exigência de horário para congressistas-formadores e congressistas-formandos, permitindo a presença em todos momentos do VII Congresso. Foi usado o dia 3 (pré congresso) e as manhãs dos dias 5 e 7 entre as 7h30 e as 9h30, para concretizar o objetivo, de grande procura.

Garantiu-se ainda uma representação nacional portuguesa, coordenada pela APA e ASPEA, num stand institucional, onde se puderam dar a conhecer, parceiros, iniciativas e projetos, públicos e privados, desenvolvidos na área da EA em Portugal.

Houve ainda oportunidade de conjugação de esforços para uma presença político-institucional nacional, que, após várias diligências, resultou na associação ao VII congresso do SECNF-Secretário de Estado da Conservação da Natureza e das Florestas e do Presidente do ICNF-Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, dirigentes que tiveram ainda ocasião de cumprir programa bilateral com as autoridades moçambicanas.



AVALIAÇÃO DE PROJETO CANDIDATO A FINANCIAMENTO

Na sequência de contactos havidos no VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa realizado em Cabo Verde, foi solicitada análise e apreciação técnica à Agência Portuguesa do Ambiente pela SGMAAC, relativamente a uma proposta de Projeto intitulado “PROBICO – Projeto de Proteção da Biodiversidade Costeira” apresentado pela Associação de Educação de Jovens e Adultos de Nampula (ASEJANA).

A ASEJANA é uma ONG moçambicana, que tem por objetivo potenciar a restauração do mangal com o envolvimento das comunidades locais na sua proteção e restauração no Distrito Costeiro de Mogincual, na Província de Nampula.

Este foi um projeto que recebeu o apoio da Senhora Ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze.

A APA procedeu à sua análise na componente didática e pedagógica de educação ambiental e enquadramento nos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Considerou-se que o projeto “PROBICO – Projeto de Proteção da Biodiversidade Costeira” apresentado pela ASEJANA visa promover um conjunto de comportamentos ecológicos responsáveis, sob o lema “Pensar globalmente, para agir localmente”, ao mesmo tempo que constitui, também, um projeto pedagógico que aborda de forma clara a temática ambiental e da sustentabilidade alinhado com os principais documentos estratégicos internacionais de ambiente assentes nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O projeto pretende, ainda, contribuir para o desenvolvimento da região através do envolvimento da Associação ASEJANA atuando como uma plataforma colaborativa a concretizar e previsão de aplicabilidade em 2022 facilitando a disponibilização de informação sobre estas estruturas e o seu relevante papel educativo na promoção e cidadania ambiental a existência de EqEA, a sua distribuição territorial, a crescente e necessária diversificação de destinatários numa perspetiva de educação ao longo da vida, constituem um indicador da capacidade que a sociedade tem para criar condições culturais que viabilizem formas diversificadas de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente mais justas e equitativas para todos os cidadãos.

O envolvimento das crianças a partir dos 6 anos (da 1ª a 7ª Classes) é um imperativo do Projeto, com vista à criação de Clubes de Ambiente Escolares e da capacitação de professores das escolas primárias e Jovens locais de ambos os sexos numa abordagem pedagógica da Proteção da Biodiversidade Costeira e sensibilização comunitária.



Em conclusão, o projeto promove e divulga um conjunto de boas práticas ecológicas responsáveis, ao mesmo tempo que constitui, ainda, um projeto pedagógico digital que aborda a temática da sustentabilidade, reunindo, da análise documental efetuada, relevantes e reconhecidas condições didáticas e pedagógicas contribuindo para um elevado nível de proteção e valorização do ambiente através da prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

(Devido à especificidade técnica de conservação da natureza foi igualmente pedido parecer ao ICNF.)

Face aos pareceres obtidos, este projeto foi aprovado para financiamento pelo Fundo Ambiental do MAAC e apresentado no VII congresso.



VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Realizou-se em Moçambique, na cidade de Maputo, entre os dias 3 e 9 de julho, o **VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa – 2023**.

“A Educação Ambiental: a chave para a Sustentabilidade” é o lema deste VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa. A sua amplitude é também um chamado à ação, permitindo agregar diferentes preocupações, abordagens e agentes e, assim, exercitar os objetivos da Rede Lusófona de Educação Ambiental (REDELUSO)

previstos desde a sua criação, em 2005: proporcionar a partilha dos programas de formação, sensibilização, comunicação e divulgação ambiental realizados em cada país; dar visibilidade à produção científica e às principais publicações no campo da EA; e, especialmente, promover um espaço de debate entre as pessoas e organizações que compõem a comunidade lusófona que atuam no campo da EA.

Eixo Temático 1 - Educação Ambiental e Políticas Públicas

O enfrentamento e a superação das múltiplas crises contemporâneas exigem a realização de processos de EA permanentes, contínuos e articulados nos territórios, ancorados em políticas públicas. Fortalecer o campo das políticas públicas de EA (PPEA) é essencial para a procura da sustentabilidade socio-ambiental local e planetária, pautada na pluridiversidade e a partir de uma perspetiva multicêntrica.

A transversalidade que pressupõe uma ação estruturante de EA deve ser entendida a partir dos territórios locais, com as visões e experiências regionais, nacionais e internacionais, pressupondo a cooperação entre os vários atores da sociedade e dos governos.

Este eixo temático acolhe trabalhos acerca das PPEA nos países e comunidades de língua portuguesa, com interesse em aspetos operacionais, conceptuais e analíticos. Espera-se que o



diálogo contribua para compreender limites e potenciais caminhos para processos de construção, implementação e análise de PPEA, incluindo a sua concretização em estratégias e programas de EA, assim como, de forma articulada, todas as etapas de seu ciclo: formação de agenda, elaboração, implementação, monitorização, avaliação e revisão.

Eixo Temático 2 - Educação Ambiental e Cidadania

Já em 1975, na Carta de Belgrado, o conceito de EA foi aprofundado e sistematizado visando “formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas”. Isto é, “uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente na resolução das dificuldades atuais, e impedir que elas se apresentem de novo”. Cada vez mais se reconhece que a EA deve estar no centro da transição ecológica, justa e inclusiva que os países da CPLP e o mundo como um todo necessitam. E isso só se faz com participação, com o fomento e o exercício da cidadania ativa, a partir de iniciativas, projetos, programas e políticas públicas comprometidas com a promoção de sociedades ambientalmente mais responsáveis e socialmente mais justas. A partir dessa perspectiva, este eixo temático acolhe trabalhos que iluminem e reflitam sobre essa relação intrínseca e necessária entre EA e cidadania, abordada desde o contexto escolar ou noutros âmbitos educativos e sociais.

Eixo Temático 3 - Educação Ambiental, Limites Planetários e Desafios Globais

As advertências de superação dos limites biofísicos do planeta colocam o foco nas múltiplas crises globais, com efeitos locais, que vivenciamos atualmente, das quais a emergência climática é talvez a mais visível, mas não única: perda massiva de biodiversidade; contaminação das águas, os solos e a atmosfera; acidificação dos oceanos; degradação dos ecossistemas marinhos e terrestres; alteração dos fluxos bioquímicos; aumento da insegurança alimentar e das migrações por causas ambientais; conflitualidade crescente e aumento da violência e os autoritarismos, etc.; É cometido da EA explicitar que essas crises estão conectadas em causas comuns, ligadas ao modelo de desenvolvimento hegemónico.

Será necessário portanto amplificar o apelo emergente e eloquente para uma transformação social profunda e sistémica que permita à humanidade habitar o planeta de maneira sustentável, equitativa, pacífica e democrática, por meio de intensos processos de pesquisa, divulgação, formação e mobilização social.

Este eixo temático acolhe trabalhos que refletem sobre o papel e a ação efetiva da EA frente aos limites planetários e outros grandes desafios globais, permitindo o nosso esperar pela vida digna para todos.



Eixo Temático 4 - Educação Ambiental e Diversidades

A EA é, como toda educação, uma forma de ação política e requer os princípios éticos de justiça, coletividade e equidade, a consideração da nossa eco-dependência e interdependência, e a inclusão das múltiplas diversidades e das diferentes formas e modos de vida e identidades existentes, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade. Mas ultrapassando um olhar antropocêntrico e as perspectivas de separação dualista entre natureza e cultura, este eixo quer implicar, reconhecer e exaltar as diversidades em todas as suas formas. Queremos debater, portanto, uma EA que expresse a importância das vidas e não vidas; dos humanos e não humanos; e da possibilidade da coexistência frente aos desafios das violações de Direitos Humanos e da Terra.

Este congresso teve um total de 656 participantes, a esmagadora maioria presencial. Moçambique, país anfitrião, foi o que contou com o maior número de participantes, logo seguido de Portugal, com 56 participantes presenciais.

No que respeita aos participantes, verifica-se um grande número de presenças de organizações das administrações públicas, sendo que de Portugal estiveram representantes de 20 de entidades públicas.

Tabela 1: Lista de participantes por entidade							
PAÍS	PARTICIPANTES						
	PRESENCIAL	VIRTUAL	Administração	Entidade	Inst. Juventude	Inst. Académica	Org. Sociedade Civil
TOTAL	656	51	200	66	94	236	111
MOÇAMBIQUE	527	2	169	59	85	142	74
PORTUGAL	56	18	20	4	-	37	13
BRASIL	30	28	5	2	-	42	9
CABO VERDE	2	1	-	-	-	1	2
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	3	0	1	-	-	1	1
ANGOLA	14	1	1	-	5	4	5
TIMOR LESTE	2	0	1	-	-	1	-
GALIZA	8	0	2	-	-	5	-
GUINÉ-BISSAU	14	1	1	1	4	3	7
GUINÉ-EQUATORIAL	0	0	-	-	-	-	-



A sessão de abertura foi um momento solene que contou intervenções do Presidente da República de Moçambique, Secretário Executivo da CPLP e do Presidente da rede LUSA (figura 1)



Figura 1: Sessão de Abertura do VII congresso Internacional de educação Ambiental dos Países e comunidades de Língua Portuguesa

ESPAÇO EXPOSITIVO DE PORTUGAL

Ainda que a existência de uma mostra que permitisse uma interação com projetos demonstrativos de educação ambiental de Moçambique tivesse antecipadamente sido prevista, a organização, já próximo da data do congresso, decidiu dar primazia a espaços de representação nacionais. Apesar de o evento ocorrer num centro de congressos não foi possível contar, como previsto, com meios informáticos e de visualização apropriados e com que poderia ter sido possível exibir sequências de curtos vídeos sobre entidades e projetos nacionais.

Neste contexto e no espaço disponibilizado (3mx3m), partilhado ainda com Timor, foi possível, sob mote da ENEA-Estratégia Nacional de Educação Ambiental e por dinamização da APA e da ASPEA, identificar alguns dos principais agentes públicos de educação ambiental em Portugal, APA e ICNF (no MAAC), DGE-Direção Geral de Educação e Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (no ME-Ministério da Educação), assim como privados, sejam escolas, sejam empresas, como o grupo Águas de Portugal.



Garantiu-se, ao longo dos dias do congresso, elevada interação com os congressistas, quer no permanente diálogo mantido, quer na disponibilização de alguns exemplares de material informativo que foi possível expor.



Na sequência da abertura do congresso o espaço expositivo português recebeu a visita das altas individualidades presentes, com destaque para o Presidente da República de Moçambique (Figura 2).

Figura 2: Visita do Presidente da República de moçambique ao stand de Portugal



O Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas de Portugal, o Embaixador de Portugal em Maputo, o Presidente do ICNF e o Vice-Presidente da CCDR-LVT e o Vereador da Câmara Municipal de Lousada marcaram presença também no espaço nacional do VII congresso (Figura 3).

Figura 3: Visita de representantes de diversas entidades ao stand de Portugal



PARTICIPAÇÃO DA APA

As conclusões do VI congresso, realizado em Cabo Verde, reconheceram a importância de se consolidarem iniciativas de cooperação visando uma oportuna estratégia comum no domínio da educação ambiental, tendo por referência a Estratégia Nacional de Educação Ambiental portuguesa, assim como a necessidade de continuar a promover a formação técnica associada a este fórum.

A APA avoca, entre as suas atribuições, *propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente (...), promover, numa lógica de parceria com diversos atores, a educação, formação e sensibilização para o Ambiente e desenvolvimento sustentável, apoiar a consagração de conteúdos de ambiente nos programas de todos os graus de ensino, colaborando com as entidades competentes na formação dos agentes educativos e na implementação daqueles mesmos programas* e exerce funções de *Autoridade Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental e de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas*.

Atendendo à importância que este congresso internacional possui para a promoção das políticas de educação ambiental e partilha de saberes entre os diversos atores participantes, congresso, que integra representações dos países lusófonos e da Galiza, (fórum único nesta área), considerando que esta iniciativa está plenamente integrada nos princípios e objetivos estratégicos, assim como nas suas medidas (medida 16) da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, tendo presente a responsabilidade da APA em assegurar a promoção da ENEA e a ASPEA (REDELUSO) ser uma ONGA, com efetivo e reconhecido trabalho na área da Educação Ambiental, resulta obrigatória a presença ativa desta Agência neste evento.

Acresce relevar que a ONGA agente fundamental do congresso é uma das organizações que em Portugal está dotada de um professor destacado ao abrigo do protocolo de cooperação entre as tutelas do Ambiente e da Educação (prevê uma rede de docentes destacados em ONGA para a coordenação de projetos de EA) cuja atividade é acompanhada pela APA.

Atempadamente foi a APA formalmente convidada a apoiar e participar neste congresso, assegurando ainda a direção e promoção de dois cursos: *Avaliação de Impacte Ambiental e Educação Ambiental*.



CONFERÊNCIAS

A APA participou no *Painel 1 | Políticas Públicas de Educação Ambiental na CPLP*, moderado por Peter Pitrez, representante da Secretaria-Geral do Ambiente de Portugal.

Neste painel foram partilhadas as experiências nacionais nos processos de constituição de Políticas Públicas de Educação Ambiental, tendo a APA, por Francisco Teixeira, apresentado **“A Estratégia Nacional de Educação Ambiental portuguesa, percurso e primeiros resultados”**.



Figura 4: Momentos da apresentação da ENEA

Pretendeu-se apresentar à comunidade CPLP uma sinopse do processo de conceção participada e desenvolvimento da ENEA, dados sobre a sua execução física e financeira (cofinanciamentos aos projetos envolvidos), assim como síntese sobre a avaliação resultante de inquérito nacional realizado sobre aquela Estratégia (figura 4).

O desenvolvimento da ENEA portuguesa está a cargo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em articulação com a Direção Geral da Educação (DGE), com base nas diretrizes emanadas pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Educação e do Ambiente.

As fontes de financiamento da ENEA são diversificadas, partilhadas entre a administração direta, indireta e autónoma e entidades privadas.

Entre 2017 e 2020 foram financiados, através do Fundo Ambiental do MAAC, 167 projetos.

Valor total de financiamento, superior a 6,3 M€.

No mesmo período neste contexto e via POSEUR, foram financiados 58 projetos com um valor de 13,7 M€.

Houve, pois, só através destes 2 instrumentos financeiros e sem calcular efeitos multiplicadores dos mesmos, 225 projetos financiados em mais de 20,1 M€, no contexto ENEA. O investimento direto de municípios, escolas, empresas e associações/fundações acresceram significativamente este esforço nacional.



Oportunamente a APA promoveu um inquérito nacional para avaliação da ENEA visando melhor preparar a sua continuidade.

Das perto de meio milhar de respostas obtidas, numa amostra representativa dos agentes de EA portugueses, poderão destacar-se sinoticamente alguns dados que mereceram reflexão conjunta:

- 64% dos respondentes têm entre 40 e 59 anos e 63,2% do sexo feminino.
- 86% tem formação académica superior, com maior representatividade:
- As ONGA representam 9,5% das entidades em que os inquiridos se diziam enquadrados.
- Sobre a continuidade da ENEA, o resultado do inquérito permite constatar que **63,8% dos respondentes considera que a ENEA deve ser prorrogada por mais 5/10 anos**, 33% reformulada e 3,2% considera-a dispensável.

Partindo desta reconhecida experiência, Portugal, ainda na mesma intervenção, procurou elencar, no quadro de outros fora de debate da comunidade e enquanto ponto focal para a EA, os desafios, metodologia e agenda de uma estratégia comum aos países envolvidos. Tal já tinha vindo a ser o desígnio do diligente envolvimento nos trabalhos de conceção das 'Linhas Orientadoras' para a conceção nos PALOP de documentos estratégicos de EA.

A boa prática portuguesa, quer no processo de construção da ENEA, quer no compromisso direto da tutela de Ambiente no seu direto financiamento acabou por ser objeto de diálogo derivado bilateral com vigoroso interesse da representação brasileira, na presença de representante da CPLP.

CURSOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os cursos de Avaliação de Impacte Ambiental e de Educação Ambiental, integrados no congresso, realizaram-se nos dias 3, 5 e 7 de julho de 2023.

Na sequência do apoio do Ministério do Ambiente e da Ação Climática de Portugal à candidatura de Moçambique para ser anfitrião do VII Congresso de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, aquele país reiterou interesse e compromisso em manter associada ao congresso a formação/capacitação de técnicos e professores, nomeadamente nas áreas de Avaliação de Impacte Ambiental e (novidade) Educação Ambiental.

Esta nova aposta formativa assumiu vínculo na 'Carta de Mindelo' (resultou do VI congresso) ao determinar a responsabilidade do congresso contribuir para a formação de formadores em Educação Ambiental que possam atuar nos países que acolhem o evento e dar continuidade aos processos desencadeados pelos congressos anteriores. Reafirma-se a "importância da Educação Ambiental, enquanto processo essencial de transmissão de conhecimento e princípios de sustentabilidade, de construção da resiliência social e de salvaguarda do bem comum (...)". Este



compromisso CPLP identifica mesmo a necessidade de constituição de um grupo permanente de formadores em educação ambiental, composto por representantes de todos os países e comunidades de língua portuguesa.

Os países lusófonos já tinham vindo a reconhecer a relevância do curso de formação em Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), na qual a partilha de metodologias e experiência dos técnicos dos diferentes organismos de política pública é assumida.

A APA manifestou imediata disponibilidade para viabilizar a realização desses cursos no quadro da cooperação já estabelecida.

Considerando as atribuições da Secretaria Geral do MAAC (SGAmbiente) de coordenação da cooperação internacional, bem como as competências da Agência Portuguesa do Ambiente em matéria de Educação ambiental e Avaliação de Impacte Ambiental, a APA contou, uma vez mais, com o apoio financeiro da SGAmbiente, para assegurar despesas de deslocação e alojamento dos 4 colaboradores da APA que promoveram os dois cursos.

Para orientar estes cursos, e atendendo às especificidades dos temas, foi assegurada a presença de 4 formadores, Augusto Serrano, Rita Fernandes, Lurdes Soares e Jorge Neves (2 AIA e 2 EA) da APA.

(A organização do Congresso garantiu o convite e suportou as despesas de deslocação e alojamento, ao Ponto Focal de Educação Ambiental no Grupo de Trabalho da ENEA – CPLP, Francisco Teixeira, da APA, formador também envolvido no curso de EA.)

Inicialmente previstos para serem ministrados para até 25 formandos, os cursos acabaram por ser metodologicamente adaptados para mais participantes, pela ampla procura registada.

(Muito embora alguns dos formandos pretendessem frequentar os dois cursos, tal não resultou possível considerando a coincidência de horários das sessões de formação. A certificação de frequência do curso também foi só assegurada aos formandos que asseguraram participação na maioria da carga horária prevista.)

Foi disponibilizada uma pasta digital para cada formando, que para além das apresentações de suporte do curso e das comunicações orais apresentadas no congresso, incluía diversa documentação técnica e manuais, assim como documentos de planeamento da APA e do MAAC. Incluíram-se também diversos instrumentos estratégicos de política, designadamente a *Estratégia Nacional de Educação Ambiental*.

Concretizou-se, desta forma, a oportunidade dum grupo de técnicos dos PALOP adquirir competências, quer em AIA, quer na promoção da participação pública, a par da assunção de competências no domínio da (dinamização de) Educação Ambiental, através da participação nestes Congressos.



À abertura dos cursos associou-se o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e das Florestas de Portugal, o Embaixador de Portugal em Maputo, o Presidente do ICNF e do representante da SGMAAC.



Figura 5: Abertura dos cursos de AIA e de Educação Ambiental

Curso de Avaliação de Impacte Ambiental

O curso foi ministrado de acordo com a seguinte planificação:

Ação de Formação	Local	Formandos	Horas	Entidade Formadora e Formadores	Apoio
Avaliação de Impacte Ambiental	Moçambique	Técnicos das Adm. Públicas da CPLP	12h	APA, Augusto Serrano e Rita Fernandes	Secretaria-Geral do Ambiente

MODULOS – CURSO AIA			
Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo I: Conceitos Base	Adquirir os conceitos gerais em AIA.	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos gerais de Avaliação de Impacte Ambiental: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Como surgiu ✓ Para que serve ✓ Ideias chave ✓ Definição ✓ Objetivos Vantagens deste instrumento de avaliação. 	1h30
	Caracterizar Impactes Ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos fundamentais em AIA: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Princípios do Direito do Ambiente ✓ Ambiente ✓ Impacte ambiental ✓ Estudo de Impacte Ambiental 	



Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental	Conhecer o EIA	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura do EIA • Adequação do EIA à fase de projeto • Fatores Ambientais <ul style="list-style-type: none"> ✓ Caracterização de Impactes Ambientais ✓ Impactes positivos ✓ Impactes negativos ✓ Dimensão temporal e espacial de impactes ✓ Probabilidade de ocorrência ✓ Incidência • Magnitude e significância 	2h30

Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo III: Procedimento de AIA	Compreender o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental à luz da atual legislação (RJAIA).	<ul style="list-style-type: none"> • Regime jurídico – principais diplomas legais • Processo institucional de Avaliação de Impacte Ambiental <ul style="list-style-type: none"> ✓ Enquadramento de projetos ✓ Instrução ✓ Comissão de Avaliação ✓ Declaração de Impacte Ambiental • Pós-Avaliação 	2h30

Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo IV: Documentos	<p>Conhecer a estrutura e conteúdo do Parecer da Comissão de Avaliação.</p> <p>Conhecer a estrutura e conteúdo da Declaração de Impacte Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer da Comissão de Avaliação <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estrutura e organização ✓ Conteúdo ✓ Conclusões ✓ Anexos ✓ Relevância formal • Declaração de Impacte Ambiental <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estrutura e organização ✓ Conteúdo ✓ Natureza da decisão ✓ Responsabilidade de Emissão 	2h30



Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo V: Participação Pública em AIA	Compreender os objetivos da Participação Pública em AIA Conhecer as ferramentas de Participação Pública em AIA	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Participação pública em AIA <ul style="list-style-type: none"> ✓ Importância da Participação Pública em AIA ✓ Objetivos ✓ Público Interessado ✓ Publicitação ✓ Relatório da Consulta Pública ✓ Integração na decisão 	2h
Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo VI: Exemplos práticos	Discutir impactes de projetos no ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão de temas e esclarecimento de dúvidas 	1h

Figura 6: Momentos curso AIA



Lista dos formandos que obtiveram certificado de participação:

Lista dos formandos			
Nome	País	Nome	País
Pita Robissone Castigo	Moçambique	Lídia Celso Cumbe	Moçambique
Cacilda Lúgia Pequenino	Moçambique	Rachel Elisa Francelino Mavie	Moçambique
Carlitos Ussene Ossifo Assane	Moçambique	Cíntia Amélia Fulane	Moçambique
Benjamim Venâncio Mabochedana	Moçambique	Mauro Nhapulo	Moçambique
Hermelino Toni Moçambique	Moçambique	Nilza Jeremias Guhule	Moçambique
Joselda João Guilambo	Moçambique	Sheila Pedro Nhancale	Moçambique
Tomás Alberto Cuna	Moçambique	Manuel Benjamim Imede	Moçambique
Gércia da Glória Gonçalves Guambe	Moçambique	Janet Mohomed	Moçambique
Hélio Alexandre Matusse	Moçambique	Alves Eusébio Manuel	Moçambique
Marcelo Justino Levene	Moçambique	João Manuel João	Moçambique
Esperança Judite Manso	Moçambique	Clévia da Graça Mucavel	Moçambique
Serenella Isabel da Silva Samuel	Moçambique	Elsa Luis Mabota	Moçambique
Josefina das Dores Manuel	Moçambique	Imeldina Júlio Coimbra	Moçambique
Clausêncio Arão Ngovene	Moçambique	Jéssica Yana da Conceição Munguambe	Moçambique
Elisa Januário Julai	Moçambique	Lourenço Armando Simbine	Moçambique
Cristina Armando Isaías	Moçambique	Locádia Oronata Manuel Joaquim Machado	Moçambique
Matilde Clemente Buanausse	Moçambique	Natália André Miranda	Moçambique
Moisés Rui António	Moçambique	Januário Augusto	Angola
Carlos Dionísio Benjamim Verão	Moçambique	Nicolau Mendes	Guiné-Bissau
Arminda Toni Moçambique	Moçambique	Irene Mandlhate	Moçambique
Neidy Leonel Fernandes	Moçambique	Adélia Luís Tivane	Moçambique
Gil Gerson Gonçalves Guambe	Moçambique	Shelcia Emília Boavida	Moçambique
Alves Eusébio Manuel	Moçambique	Dulce Isabel Chidembo	Moçambique
Sandra Bambo	Moçambique	Regino Raul Comar	Moçambique
Luísa Cássia de Ângelo Timana	Moçambique	Deise Gomes	Moçambique
Januário de Sousa	Moçambique	Ancha Abdul Fumo	Moçambique
Serenella Isabel da Silva Samuel	Moçambique	Channice Wansa Tembe	Moçambique
Raimundo Alberto Mulhaisse	Moçambique	Tábu Henriques Isaías Magaga	Moçambique
Kátia Marina da Glória Mário Marques Monteiro	Moçambique	Júlio Albino Sauge	Moçambique
Ana Cláudia Natavade	Moçambique	Maria Arminda Mlauze	Moçambique
Almeida Alfredo Nhanoto	Moçambique	Mauane Manuel	Moçambique
Fénia Molide Braimo	Moçambique	Edson Soares Agostinho Bila	Moçambique
Nehemias Mungoi	Moçambique	João Mbembele	Moçambique
Lurdes Henrique Mussalafa Guambe	Moçambique	Gilda Guambe	Moçambique



Avaliação do Curso de Avaliação de Impacte Ambiental

O inquérito por questionário para avaliação da ação de formação foi disponibilizado aos formandos.

Quando se perguntou que indicasse qual o **grau de satisfação** relativamente ao curso, sendo 1 o menor grau de satisfação e 4 o maior grau de satisfação, verificou-se uma avaliação pelos formandos francamente positiva conforme se pode verificar pela figura 7.

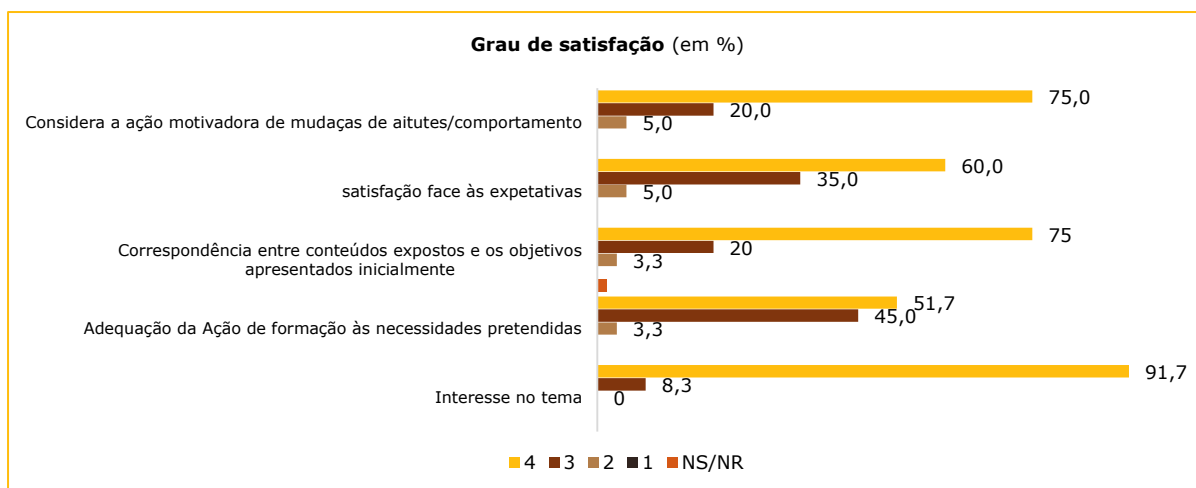


Figura 7: Grau de satisfação do curso AIA

As figuras 8 e 9 refletem os temas que suscitaram mais ou menos interesse para os formandos.

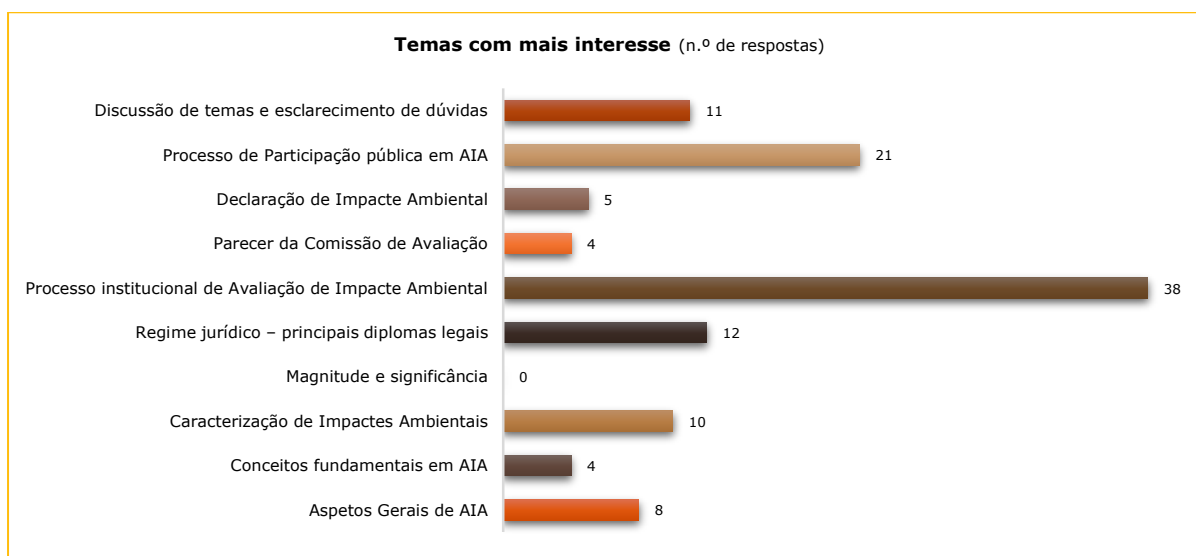


Figura 8: Temas com mais interesse para os formandos



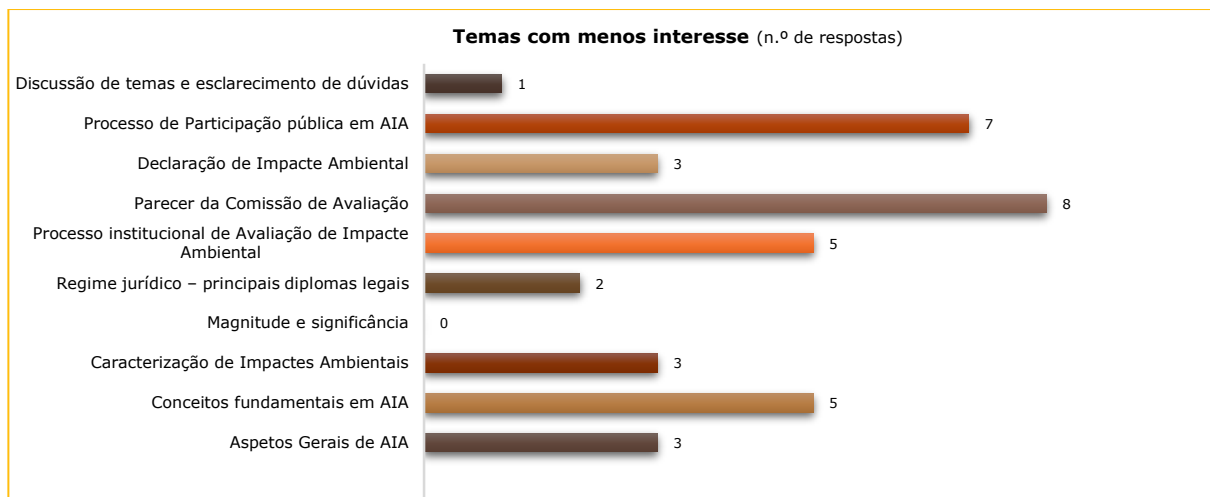


Figura 9: Temas com menos interesse para os formandos

No que respeita à **avaliação dos formadores** em diferentes parâmetros, sendo 1 o menor grau de satisfação e 4 o maior grau de satisfação, a maior percentagem considerou globalmente a grau de satisfação 4 (Figura 10).

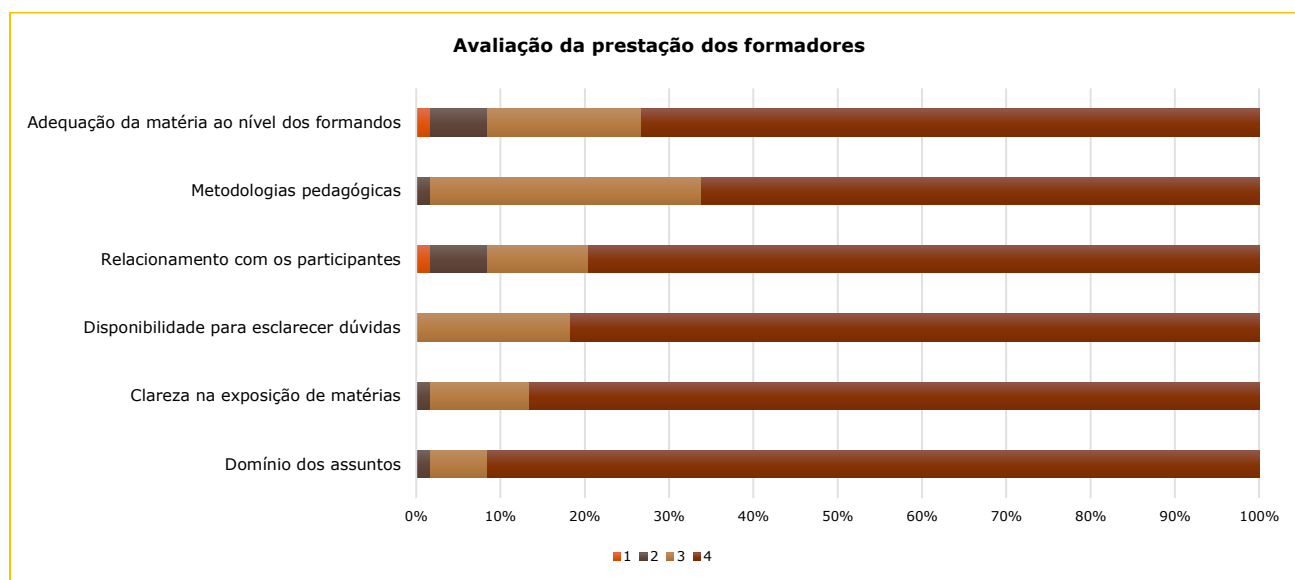


Figura 10: Avaliação dos formadores

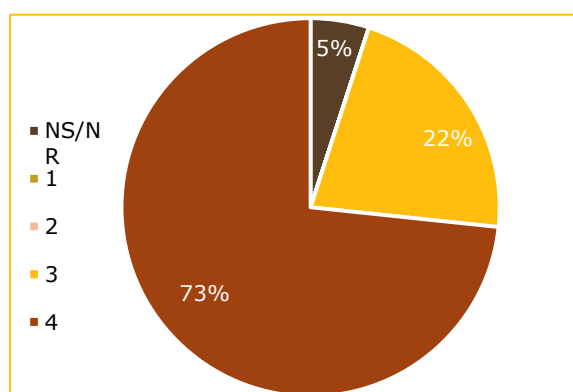


Figura 11: Avaliação global do curso AIA

Na pergunta quanto à **relevância da continuidade destas ações** de formação enquadradas nas futuras edições do Congresso, 93,2% consideram muito relevante a sua continuidade.

Resulta do inquérito uma boa avaliação global do curso com 73% de aprovação muito positiva (figura 11).



Ministrado para técnicos das administrações públicas de Moçambique e restantes PALOP e Timor, pensado inicialmente para um número de formandos bastante mais reduzido, foi com grande surpresa que se registou o número de 100 inscrições. Esta situação revelou, desde logo, o enorme interesse (e necessidade formativa) neste destacado instrumento da política de Ambiente.

Aproveitar as sinergias do congresso e a pluralidade de participantes para a realização de cursos especializados faz todo o sentido garantindo igualmente uma necessária otimização de recursos. Opção também partilhada pela representação de Moçambique logo no momento da apresentação da sua candidatura ainda em Cabo Verde e agora confirmada nas opiniões e sugestões expressas na avaliação das ações.

A formação permitiu um enorme interesse dos formandos através de troca de experiências e discussão de temáticas específicas, apresentação de exemplos e colocação de dúvidas. No inquérito foi sugerido que nas próximas edições, se possa aumentar o tempo formativo para incluir aulas práticas com grupos de trabalho e também convidar técnicos locais para expor exemplos concretos. Também foi sugerido incluir uma visita a um projeto local sujeito a AIA.

Durante a formação, registou-se um grande proveito técnico no conteúdo e existência de documentos normativos, guias e regulamentos que permitem padronizar e facilitar a realização dos *Estudos de Impacte Ambiental*, *Resumos Não Técnicos* e os documentos resultantes da Avaliação. Foi salientada a necessidade de haver guias para a realização das consultas públicas e dos momentos participativos, na sequência da apresentação sobre como se organiza e promove Sessões de Esclarecimento.

O acompanhamento pós-obra e monitorização foi matéria de grande adesão e lugar de grande participação dos formandos, levando a discussões bastante aliciantes, com troca de experiências que valorizaram bastante o debate e complementaram as apresentações ministradas.

Do inquérito resulta que os temas "Processo institucional de AIA", "Processo de Participação pública em AIA", "Regime jurídico – principais diplomas legais" e "Discussão de temas e esclarecimento de dúvidas" foram considerados mais interessantes.

Em sentido contrário, apesar de poucos respondentes, o tema "Parecer da Comissão de Avaliação" foi considerado o menos interessante.

O facto de a ação de formação não se realizar em Portugal, permite que não seja apenas um curso acessível para chefias (que normalmente assumem presença nas deslocações), mas muito mais dirigido aos técnicos que trabalham diariamente nesta área, estudantes universitários e voluntários de ONG, permitindo maior permuta de competências e beneficiando ainda o debate de exemplos concretos das realidades locais.



Curso de Educação Ambiental

O curso foi ministrado de acordo com a seguinte planificação:

Ação de Formação	Local	Formandos	Horas	Entidade Formadora e Formadores	Apoio
Educação Ambiental	Moçambique	Professores e Educadores Ambientais de Moçambique	12h	APA, Francisco Teixeira; Lurdes Soares; Jorge Neves	Secretaria-Geral do Ambiente

Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo I: Breve histórico da consciência Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os marcos históricos importantes da EA/EDS a nível internacional 	<ul style="list-style-type: none"> Principais marcos Internacionais da Educação Ambiental 	2h30
	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os objetivos e os principais conceitos de Educação Ambiental e Educação para a Sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Dimensões de EA – de Estocolmo à atualidade Articulação de conceitos em EA 	

Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo II A educação formal - Da educação informal à especificidade da educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Caraterizar as principais práticas de educação para a sustentabilidade; Reconhecer as formas de atuação e promoção da proteção ambiental nas escolas; Analisar a importância da educação ambiental nas escolas, com base no Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> Os contextos de educação formal - Da sensibilização à ação Estratégias promotoras de educação ambiental O processo de desenvolvimento individual e a formação ao longo da vida A promoção da cidadania e a socialização Os desafios da educação ambiental O indivíduo e a sociedade - a qualidade de vida dos cidadãos e a consciência ambiental Principais Agentes de EA 	2h

Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo III: A Estratégia Nacional de Educação Ambiental de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a mudança de comportamento e de atitude face ao ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Compromisso Princípios Eixos Temáticos <ul style="list-style-type: none"> ✓ Descarbonizar a sociedade ✓ Tornar a economia circular ✓ Valorizar o território Modelo de Gestão Medidas <ul style="list-style-type: none"> ✓ Resultados 	2h



Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo IV: Equipamentos de EA e Agentes de EA	<ul style="list-style-type: none"> • Compreende o conceito de EqEA; • Conhece e identifica os diferentes EqEA 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de Educação Ambiental: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito ✓ Elementos essenciais ✓ Diversidade de EqEA ✓ Visualizador georreferenciado de EqEA • Principais Agentes de EA: <ul style="list-style-type: none"> ✓ As ONGA como veículo de sensibilização e dinamização da EA ✓ As comunidades escolares como entidades difusoras da EA ✓ As grandes empresas como veículos da EA ✓ Os agentes públicos de EA 	2h30
Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo V: Programas e Projetos de Educação Ambiental - Ações tipo em EA	Planear, implementar e avaliar um projeto de educação ambiental e sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos no contexto da Educação Ambiental <ul style="list-style-type: none"> ✓ Público-Alvo ✓ Objetivos ✓ Resultados esperados ✓ A equipa do projeto ✓ Parceiros ✓ Ciclo do projeto • Implementação de ações de educação ambiental dirigidas a públicos diversificados • Avaliação e impacto das ações de educação ambiental 	2h
Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo VI Exemplos - Discussão	Planear, implementar e avaliar um projeto de educação ambiental e sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de EA da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (Grupo Águas de Portugal) • Projeto de EA da OIKOS em Moçambique 	1h



Figura 12: Momentos Curso de EA

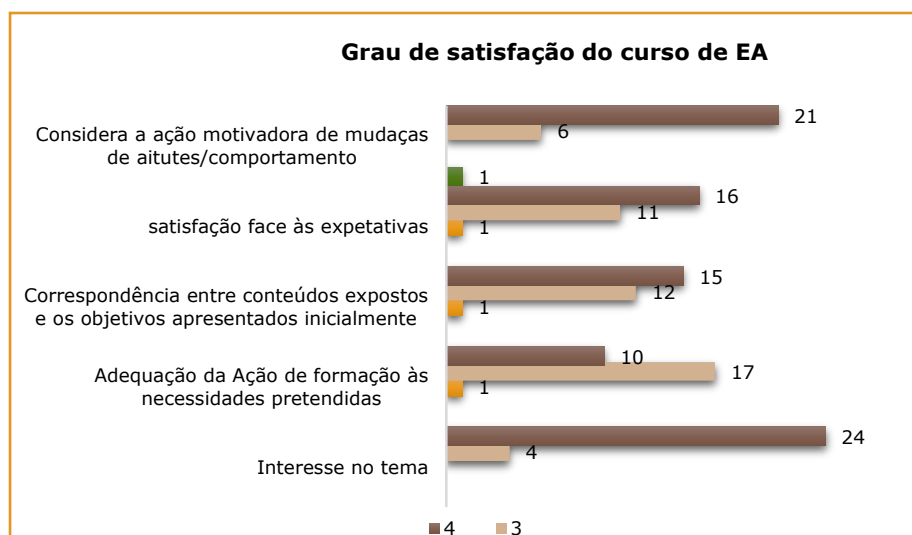


Lista de participantes no curso de Educação Ambiental

Nome	Nome
Agostinho Martinho Lecheia	Fárida Rodrigues Nhaguilunguana
Alberto Machava	Gloria Anita Singarile
Alexandra Manjate	Hermes Henriques Poente
Alexia Mutisse Adriano	Isnaba Posto Merba
Angélica Miranda Rodrigues João	Jeremias Amade Naface
Aniceto Xavier Adriano Manuel	Johane Dias Temótio Doriro Sevene
Carla Ismael Ponguane	Julia José Pires Serrão
Carmindo Dinis Mbanguine	Laura Daniela Ferrão Noé Nhandumbo
Celma N. Mabay	Lenira Adiana Fernando Gomes
Celso João Mungoi	Maceda de Lina das Neves Gaveta
Dinis Alexandre Mandevane	Mário Custódio Cazenga
Edilson César Pequenino	Ornelas Inácio Moiambo
Saquina Manuel Chivale	Patrícia Djonú
Teresinha Pascoal	Paulino Bucuta Maquina
Victor Francisco Machaieie	Regina Leonardo Muianga

Avaliação do Curso de Educação Ambiental

O inquérito por questionário para avaliação da ação de formação foi disponibilizado aos formandos.



Na pergunta sobre o **grau de satisfação** relativamente ao curso - sendo 1 o menor grau de satisfação e 4 o maior grau de satisfação - verificou-se uma avaliação pelos formandos bastante positiva conforme se pode verificar na figura 13.

Figura 13: Grau de satisfação do curso de EA



Relativamente às questões sobre os **temas** que suscitaram maior ou menor interesse, verifica-se que houve um especial interesse pelos equipamentos de educação ambiental (EqEA) e pela ENEA (figura 14).

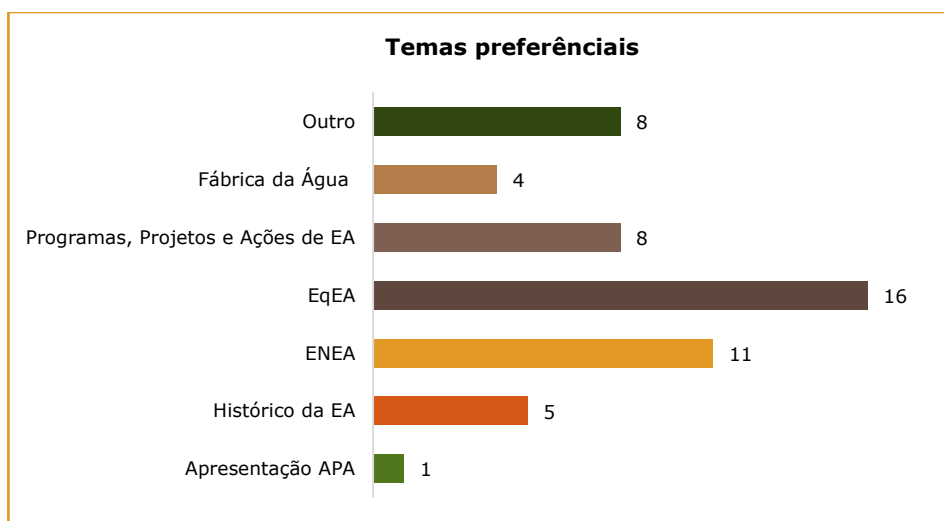


Figura 14: Temas preferências do curso de EA

Reiterou-se a satisfação pelo aproveitamento das sinergias do congresso e a pluralidade de participantes, com necessária otimização de recursos, na promoção de cursos temáticos e a inovação na oferta da temática EA. Acertou a delegação de Moçambique, logo no momento da apresentação da sua candidatura ainda em Cabo Verde, pela aposta no reforço da componente formativa associada ao congresso, confirmada na forte participação havida.

Para além do necessário enquadramento histórico e conceptual da EA bem recebido mas tantas vezes olvidado, registou-se um grande interesse nos seus instrumentos de dinamização, designadamente os Equipamentos de Educação Ambiental, assim como na preparação e organização de Programas, Projetos e Ações de educação Ambiental.

Foram profícuas as discussões havidas, resultantes da diversidade de experiências de partida dos formandos, antecipando-se próximas e desejadas sinergias entre os projetos/instituições ali representados.

Procurando experiências complementares que pudessem enriquecer a formação proposta, a APA integrou, no final do curso, outras intervenções experimentadas e mais próximas do terreno: Sara Duarte e Dinis Chembene).





Verificou-se produtiva a inserção destes casos concretos de programas de educação Ambiental, desenvolvidos por uma empresa portuguesa (Águas do Tejo Atlântico, SA) e uma ONGD com intervenção local (OIKOS para o Desenvolvimento), para consolidação de conceitos e práticas.

A avaliação global do curso foi bastante positiva. Os parâmetros 4 e 5 obtiveram 70% dos resultados (figura 15).

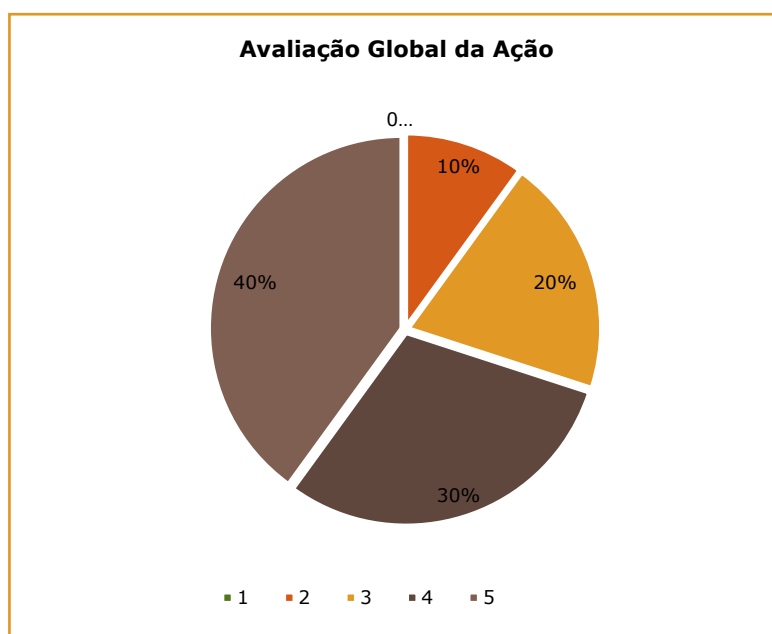


Figura 15: Avaliação global do curso de EA

O compromisso da APA com o sucesso destas duas ações de formação levou já ao **estabelecimento de compromisso com os seus formandos na realização, previsivelmente no segundo semestre de 2023, de ações online de consolidação de conhecimentos.**

De igual forma, a **constituição de grupos nas redes sociais com temáticas de interesse comum permitirá a construção de parcerias locais** (e não só) na promoção de projetos e ações de educação ambiental.



COMUNICAÇÕES ORAIS

Ainda que não apresentada pela APA, importa referir a comunicação integrada no EIXO TEMÁTICO 4 - Educação Ambiental e Diversidades, relativa à **cooperação do Fundo Ambiental com a CPLP** (projeto de proteção da biodiversidade costeira - PROBICO), apresentada por Peter Pitrez (SGMAAC) e por Carlos Ramos (Associação ASEJANA - Moçambique).

Este foi um projeto financiado pelo Fundo Ambiental, após parecer da APA.

EIXO TEMÁTICO 4 - Educação Ambiental e Diversidades – O Fundo Ambiental: Motor de Desenvolvimento Sustentável - A Cooperação do Fundo Ambiental com os países da CPLP – Financiamento do Projeto de Proteção da Biodiversidade Costeira.

Criado em 2017, o Fundo Ambiental é um instrumento financeiro tem por objetivo apoiar as políticas ambientais para a prossecução dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, contribuindo para a concretização dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, em particular os relacionados com as alterações climáticas, recursos hídricos, resíduos e conservação da natureza e biodiversidade.

Um das temáticas de atuação deste Fundo é a cooperação internacional no domínio das alterações climáticas, concretizando os compromissos internacionais. Com base nos compromissos internacionais assumidos para atingir o objetivo de 1,5 graus devem ser alcançados 100 bilhões/ano para cooperação climática, por meio de fontes públicas e privadas.

Portugal está comprometido com esta ambição e comprometeu-se com 10 milhões de euros para a empreitada climática até 2020 e comprometeu-se, em 2022, com 43 milhões de euros até 2030.

O Fundo Ambiental, desde a sua criação, já financiou cerca de 69 projetos totalizando um investimento de 12.624.060,29 €. Atualmente temos projetos financiados por este instrumento na Argentina, Cabo Verde, Costa do Marfim, Colômbia, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal e Tunísia.

Sendo de referir nomeadamente o projeto que será financiado em 2023 em Moçambique intitulado "Projeto de proteção da biodiversidade costeira" da ONG ASEJANA (Associação de Educação de Jovens e Adultos de Nampula) e que tem como objetivo reflorestar os mangais destruídos pela ação humana na orla costeira da Ilha de Moçambique envolvendo jovens.

A ideia da apresentação deste projeto ao Fundo Ambiental surgiu durante o último Congresso de Educação Ambiental que decorre em Cabo Verde e a ASEJANA conheceu o trabalho do Fundo Ambiental.

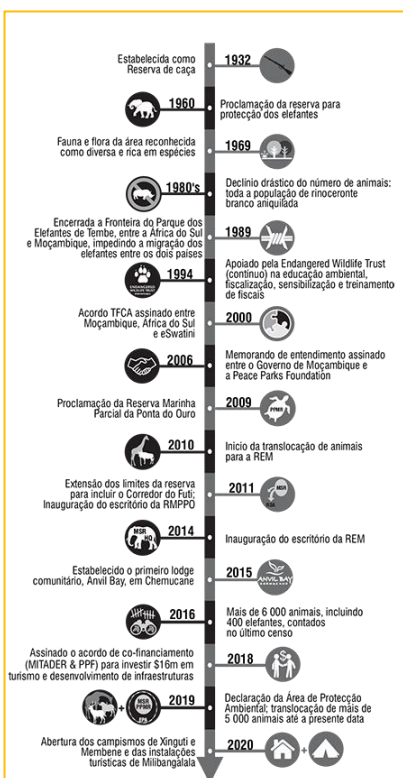


Não só o Fundo Ambiental está a ser um importante instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento, mas também o próprio congresso se tornou um espaço para *networking* e criação de parcerias e partilha de conhecimentos.



Figura 16: Momentos da apresentação

SAÍDA DE CAMPO AO PARQUE NACIONAL DE MAPUTO



Integradas no congresso, foram efetuadas diversas saídas de campo junto de comunidades locais e a áreas de conservação. Os signatários deslocaram-se ao Parque Nacional de Maputo, numa visita promovida pelo Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique.

Houve oportunidade de conhecer o Parque e o seu esforço de conservação de espécies protegidas, nomeadamente através da introdução de novos animais e sensibilização das populações vizinhas.

Estabelecida originalmente em 1932 para proteger a população de elefantes da área, a parte terrestre é frequentemente referida como Reserva dos Elefantes. Grandes manadas desta e outras espécies pastam nas planícies aluviais e exploram as densas florestas de dunas.

Em 1960 foi estabelecido o Parque Nacional de Maputo está localizado no Distrito de Matutuine, na Província de Maputo. Esta



área de conservação de 1 040 km² combina diversas paisagens e ricos ecossistemas habitados por uma rica fauna que vive ao redor do icônico elefante.

A parte terrestre combina lagos, pântanos, florestas pantanosas, pastagens e florestas de mangal com uma costa intocada que fica dentro do Centro de Endemismo de Maputaland.

Vários corpos d'água distintos definem a área do sistema de lagos costeiros frescos e salinos.

Os rios incluem o Futi e o Maputo. As maiores lagoas são a Piti, Xinguti e Munde.

Os sistemas de pântanos ribeirinhos e estuarinos fornecem um habitat especial para várias comunidades de espécies. Isso inclui leito de ervas marinhas, mangais, higrófilas salinas e de água doce, pastagens, juncos e canteiros, bem como florestas pantanosas.

Para aumentar a consciencialização ambiental e implementar práticas agrícolas mais sustentáveis estão a ser implementados diversos projetos, nomeadamente:

- 16 comunidades localizadas ao redor da Reserva são apoiadas com sementes e desenvolvimento de habilidades técnicas em um programa de Agricultura de Conservação apoiado pela Peace Parks, COMON e Mozbio.
- 270 colmeias e equipamentos de proteção foram distribuídos para 64 famílias em três aldeias ao redor da Reserva. Essas comunidades continuam a recolher o mel e recebem apoio técnico da Reserva.

Às populações têm sido também melhorados os pontos de acesso à água, quer potável para consumo humano, quer para gado e irrigação. Este esforço participado resultou no aumento e diversificação da produção agrícola, melhor segurança alimentar e melhores condições para melhorar significativamente a conservação da biodiversidade, uma vez que há menos casos de conflito homem-fauna silvestre.

A formação e desenvolvimento de capacidades de 33 em atividades piscatórias alternativas é outra linha de ação com os mesmos propósitos.



ATIVIDADES PÓS CONGRESSO

CONTACTO COM PROJETOS E EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Integradas no congresso e correspondendo a prévia solicitação das entidades locais foram realizadas reuniões-visitas técnicas a equipamentos de educação ambiental e projetos locais de ambiente e desenvolvimento sustentável.

Projeto da Cooperativa de Educação Ambiental Repensar, em Macaneta

A Cooperativa de Educação Ambiental *Repensar* é uma organização não-governamental criada com o objetivo fundamental de promover a educação ambiental, formal e não formal, de jovens, crianças e comunidades, através da junção de esforços entre membros fundadores, colaboradores e parceiros.

Este é um reconhecido projeto de Educação Ambiental, alicerçado num equipamento de Educação Ambiental, o qual foi construído numa forma totalmente sustentável, usando resíduos de vidro. É já um dos projetos de maior visibilidade mediática de Moçambique e com projeção internacional. Foi inclusive objeto de divulgação em vários órgãos de comunicação social nacionais, designadamente na RTP3, no programa *Hora de Agir* (Figura 17).



Figura 17: Programa Hora de Agir – RTP3

As instalações dos voluntários assim como o edifício onde se encontram a biblioteca/sala de estudo acompanhado e a sala multiusos foram construídos usando garrafas de vidro, substituindo tijolos. Todo o edifício é alimentado por painéis solares e pela recolha de águas da chuva. Os móveis e decoração foram construídos usando materiais reciclados ou de doação.

Foi possível visitar também as instalações provisórias (ainda por recuperar um degradado armazém para criar instalações definitivas) dum pequeno museu de resíduos recolhidos nas praias da região.



A prevenção da erosão costeira é também uma das preocupações e atividades desenvolvidas pela cooperativa, que utilizando pneus (resíduo sem qualquer destino final em Moçambique) realiza estruturas de contenção na linha de costa ribeirinha.

Carlos Serra, Diretor da *Repensar* deu conta das diversas atividades e projetos futuros da cooperativa, nomeadamente a construção dum pequeno museu de resíduos recolhidos no mar e rios.

O trabalho de recolha de resíduos plásticos, principalmente garrafas, é acompanhado dum processo de monitorização de origem, através dos rótulos, permitindo assim rastrear a origem dos mesmos. Esta estratégia de sensibilização tem garantido sucesso junto das comunidades, preferencialmente as escolares, havendo empenho na sua melhor organização.

A importância das novas instalações, nomeadamente da biblioteca/sala de estudo acompanhado e da sala multiusos foi também evidenciada, assim como a necessidade de encontrar formas para conseguir dotar os espaços de condições confortáveis e funcionais para que a comunidade, principalmente as crianças em idade escolar, possam usufruir e serem acompanhadas.



Figura 18: Visita à Cooperativa *Repensa*

A **APA disponibilizou-se a integrar voluntários da *Repensar***, que não conseguiram frequentar o curso de educação ambiental no congresso, **na formação remota a assumir aos técnicos do CIAM.**



Centro de Interpretação Ambiental (CIAM), em Maputo

No âmbito do VII Congresso, foi inaugurado a 4 de Julho, pelo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, o Centro de Interpretação Ambiental de Moçambique (CIAM), uma entidade vocacionada para a disseminação do conhecimento sobre o património ambiental, natural e cultural do país.

Na ocasião, esteve presente o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas de Portugal, acompanhado do Embaixador de Portugal em Maputo.

O CIAM, localizado na Avenida Acordos de Lusaka nº 2115, no local onde se situavam as primeiras instalações do antigo Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental, pode ser visitado das 7h30 às 15h30.

O centro, localizado na área abrangente de várias escolas da capital, é composto por sete salas polivalentes de exposição/trabalho e um amplo espaço externo (em que se expõem já réplicas à escala de alguns dos animais emblemáticos da fauna moçambicana) que permitirá igualmente trabalho direto com os seus diferentes públicos. O centro retrata os desafios ambientais do país e do planeta em sete salas relatando ainda a sua evolução histórica no âmbito da preservação do Ambiente.

A visita da APA e SGMAAC ao CIAM realizou-se no âmbito das atividades pós congresso e permitiu verificar o conceito, recursos disponíveis e metodologias a adotar por aquele equipamento de educação ambiental, com instalações e meios disponíveis de excelente qualidade (figura 19).



Figura 19: Visita ao CIAM



A direção do novo equipamento fez uma visita detalhada, apresentando os objetivos e as perspetivas futuras para o Centro.

Dessa profícua interação, reconhecido o proveito de uma cooperação empenhada e a definição de equipamento de educação ambiental, ficou o **compromisso da APA** de, no segundo semestre deste ano, **ser assegurada formação aos técnicos e animadores deste centro**, quer com um enquadramento histórico-conceptual, quer na construção de dinâmicas técnico-pedagógicas de promoção de educação ambiental, adaptadas aquele território e públicos-alvo. Tal pode ser viabilizado remotamente considerando até os excelentes recursos audiovisuais disponíveis num dos espaços.

Foram sugeridos ainda vários formatos de cooperação com projetos e entidades portuguesas no domínio da formação e educação ambiental, com recursos pedagógicos e objetivos análogos, entre as quais, as entidades gestoras de águas e resíduos.

Na dimensão cultural e ambiental, já presente nos objetivos do CIAM, foi igualmente identificada a possibilidade daquele centro poder encetar contactos com município de Seia, visando receber uma extensão do *Festival CineEco*, à semelhança do que acontece por uma alargada rede de entidades, entre as quais a própria APA.

REUNIÕES

Reunião com a Delegação de Angola



Figura 20: Karella Botelho e Augusto Serrano

Na reunião realizada com a Diretora Geral Adjunta do Instituto Nacional de Gestão Ambiental, Karella Botelho, foi abordada a recente aprovação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2022-2050 de Angola promovida pelo Ministério do Ambiente de Angola e sob coordenação técnica do Instituto Nacional de Gestão Ambiental.

[Aquela dirigente partilhou a experiência de Angola na construção da Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2022-2050, no mesmo painel onde o Diretor do Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental da APA apresentou a “Estratégia Nacional de Educação Ambiental portuguesa, percurso e primeiros resultados”].



O Decreto Presidencial n.º 149/22 de 9 de Junho introduz em Angola a Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2022-2050, com 11 objetivos estratégicos. A ENEA de Angola define como principais objetivos *fortalecer os mecanismos de diálogo na sociedade, estabelecer consensos sobre medidas e ações conjuntas, criar um ambiente de produção de valores e mudança de comportamentos, alargar a base de conhecimentos sobre sustentabilidade e proteção ambiental e incentivar a participação permanente dos cidadãos e da sociedade nos programas de educação ambiental a curto, médio e longo prazos.*

Tutelado pelo Ministério do Ambiente e com sede em Luanda, o Instituto Nacional de Gestão Ambiental é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para assegurar a execução da política nacional no domínio da investigação, promoção, formação, disseminação e divulgação da política de gestão ambiental e de apoio às Associações de Defesa do Ambiente.

O Decreto Presidencial n.º 149/22 de 9 de Junho introduz em Angola a Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2022-2050, com 11 objetivos estratégicos. A ENEA de Angola define como principais objetivos *fortalecer os mecanismos de diálogo na sociedade, estabelecer consensos sobre medidas e ações conjuntas, criar um ambiente de produção de valores e mudança de comportamentos, alargar a base de conhecimentos sobre sustentabilidade e proteção ambiental e incentivar a participação permanente dos cidadãos e da sociedade nos programas de educação ambiental a curto, médio e longo prazos.*

Tutelado pelo Ministério do Ambiente e com sede em Luanda, o Instituto Nacional de Gestão Ambiental é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para assegurar a execução da política nacional no domínio da investigação, promoção, formação, disseminação e divulgação da política de gestão ambiental e de apoio às Associações de Defesa do Ambiente.

Dentre as atribuições acometidas, destacam-se para o efeito, as seguintes:

f) Promover a melhoria do desempenho ambiental dos agentes económicos, estimulando a adoção de sistemas de eco-gestão, auditoria e assegurar a qualificação em matéria de ambiente, em coordenação com os demais sectores;

g) Promover as estratégias de ação para a elaboração e gestão dos padrões de qualidade dos componentes ambientais e propor medidas de prevenção e controlo da sua qualidade;

k) Realizar ações de sensibilização, educação dos cidadãos no domínio do ambiente, promover a estratégia nacional de educação ambiental e assegurar a integração das matérias relevantes no sistema nacional de educação e ensino;

l) Promover ações conjuntas com as associações da defesa do ambiente, para realização dos objetivos da política nacional do ambiente e avaliar a sua eficácia;



m) Assegurar a divulgação da informação sobre o ambiente, bem como promover e garantir a participação dos cidadãos no acesso à informação que lhe permita intervir nos processos de decisão em matéria de ambiente;

n) Coordenar e incentivar a participação das comunidades locais em todos os projetos e programas relacionados com o ambiente e recursos naturais;

Foi manifestada à APA por aquela diretora-geral adjunta a necessidade de formação dos técnicos desse Instituto, nas áreas de *pós-avaliação de AIA e Educação Ambiental*.

Tal necessidade foi apontada considerando testemunho direto da qualidade da formação já ministrada pela APA em congressos anteriores e a experiência desta Agência nas referidas áreas. *(Karelia Botelho frequentou o curso de AIA integrado no IV Congresso Internacional*



CANDIDATURA DO BRASIL À ORGANIZAÇÃO DO VIII CONGRESSO

A candidatura do Brasil à realização do VIII Congresso foi apresentada por Marcos Sorrentino, assessor da Ministra do Meio Ambiente do Brasil: *organizar o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa será um enorme desafio para o Brasil.*

Enumerou 4 motivos que levaram ao Brasil a apresentar esta candidatura:

- o regresso do Brasil ao cenário internacional e aos compromissos internacionais ambientais;
- o facto de se realizar em Belém do Pará, a próxima COP30 - *Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*, havendo um compromisso brasileiro de levar a esta Conferência, a demonstração de que *sem Educação Ambiental não haverá sucesso nas políticas de contenção das Alterações Climáticas*;
- o retrocesso da educação Ambiental no Brasil, resultante das políticas dos últimos anos, assumindo-se o objectivo de recuperar e fortalecer a educação Ambiental no Brasil;
- a demonstração de vitalidade da sociedade brasileira, que apesar das enormes contrariedades dos últimos anos, conseguiu manter os processos e os programas de Educação Ambiental, em escolas, municípios e ONG: *a sociedade resistiu, mesmo na ausência de políticas públicas de EA e mesmo com políticas públicas que concorriam contra a existência da EA.*

A cidade anfitriã do VIII Congresso será escolhida a resultar de um processo de consulta a governadores e prefeitos daquele país. Após a apresentação deste responsável, foi divulgado um depoimento vídeo gravado da Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva.



Vídeo da ministra do Meio Ambiente do Brasil - Apresentação da Candidatura

Reiterou-se, naquela intervenção, o compromisso do Brasil com o fortalecimento dos laços de amizade e de identidade cultural com os países lusófonos.



Assumi-se que aquele governo compreende a relevância da educação ambiental para alavancar mudanças culturais profundas, especialmente no atual cenário de emergência climática que, para além de ser uma crise ambiental, é uma crise civilizacional.

Foram salientados os esforços efetuados para a retomada do protagonismo do campo ambiental, a nível nacional e internacional, um tema que se referiu ser central para o governo, entre múltiplos e concomitantes desafios, tais como, o desmatamento e as queimadas, eventos climáticos extremos e lixo marinho.

Destacando as iniciativas do governo na garantia dos direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais, no fortalecimento da bioeconomia, na geração de trabalho e renda, justiça ambiental e na luta contra o racismo, entre outras, aquela dirigente brasileira considera que o Congresso será um momento singular para o Brasil olhar para as iniciativas, pesquisas, compromissos e sugestões vindos do VII Congresso e em 2025, dialogar, refletir e seguir na construção de políticas, programas e ações de educação ambiental.

A candidatura do Brasil foi aprovada por unanimidade e aclamação pela Rede Luso.



CARTA DE MAPUTO

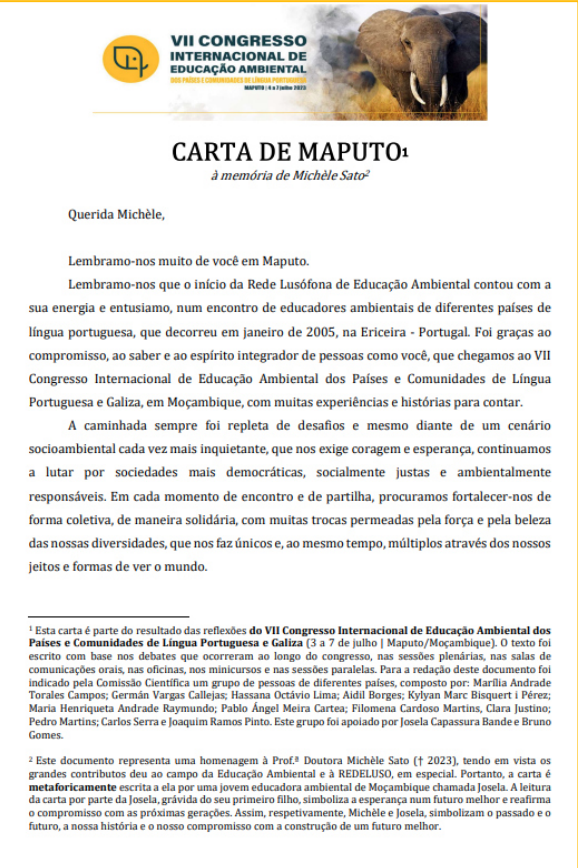
O texto (em anexo) foi escrito com base nos debates que ocorreram ao longo do congresso, nas sessões plenárias, nas salas de comunicações orais, nas oficinas, nos minicursos e nas sessões paralelas.

Este documento representa uma homenagem a Michèle Sato, impulsionadora da Rede Luso e destes Congressos, muito recentemente desaparecida.

Salienta que é preciso adotar novas perspetivas para enfrentar a crise socioambiental. Este processo requer uma presença institucional efetiva da Educação Ambiental na interseção entre as políticas públicas educativas e ambientais. Ou seja, promover ações que permitam a concretização de estratégias que sejam significativas para todos os setores da população.

Da carta resulta a preocupação com a relação entre Educação Ambiental e cidadania, reafirmando a construção de uma cidadania crítica que reivindica o direito de decidir e de transformar, sem se limitar à mera presença passiva. Crianças, jovens, adultos, idosos, mulheres - de todas as pessoas do mundo, sobretudo no espaço lusófono, preocupados com uma participação real e transformadora. Cidadãos democráticos, capazes de propor ideias e trabalhar lado a lado, de mãos dadas, com educadores, políticos e outros agentes sociais, para mudar a realidade socioambiental local, nacional e global.

Evidencia-se ainda o compromisso de apoiar os Pontos Focais de REDELUSO no fortalecimento de todos os atores que atuam no campo da Educação Ambiental em cada país, para construir e para implementar políticas públicas de Educação Ambiental, conforme apontam as recomendações emanadas das Declarações da VIII e IX Reuniões de Ministros de Ambiente da CPLP, de forma a estimular os respetivos governos para que possam iniciar os seus processos de elaboração ou reativação da Estratégia ou Programa Nacional de Educação Ambiental.



VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO 14 a 17 Junho 2023

CARTA DE MAPUTO¹
à memória de Michèle Sato²

Querida Michèle,

Lembramo-nos muito de você em Maputo.

Lembramo-nos que o início da Rede Lusófona de Educação Ambiental contou com a sua energia e entusiasmo, num encontro de educadores ambientais de diferentes países de língua portuguesa, que decorreu em janeiro de 2005, na Ericeira - Portugal. Foi graças ao compromisso, ao saber e ao espírito integrador de pessoas como você, que chegamos ao VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza, em Moçambique, com muitas experiências e histórias para contar.

A caminhada sempre foi repleta de desafios e mesmo diante de um cenário socioambiental cada vez mais inquietante, que nos exige coragem e esperança, continuamos a lutar por sociedades mais democráticas, socialmente justas e ambientalmente responsáveis. Em cada momento de encontro e de partilha, procuramos fortalecer-nos de forma coletiva, de maneira solidária, com muitas trocas permeadas pela força e pela beleza das nossas diversidades, que nos faz únicos e, ao mesmo tempo, múltiplos através dos nossos jeitos e formas de ver o mundo.

¹ Esta carta é parte do resultado das reflexões do VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza (3 a 7 de julho | Maputo/Moçambique). O texto foi escrito com base nos debates que ocorreram ao longo do congresso, nas sessões plenárias, nas salas de comunicações orais, nas oficinas, nos minicursos e nas sessões paralelas. Para a redação deste documento foi indicado pela Comissão Científica um grupo de pessoas de diferentes países, composto por: Marília Andrade Torales Campos; Germán Vargas Callejas; Hassana Octávio Lima; Aídlí Borges; Kylyan Marc Bisquert | Pérez; Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Pablo Ángel Meira Cartea; Filomena Cardoso Martins, Clara Justino; Pedro Martins; Carlos Serra e Joaquim Ramos Pinto. Este grupo foi apoiado por Josela Capassura Bande e Bruno Gomes.

² Este documento representa uma homenagem à Prof.^a Doutora Michèle Sato († 2023), tendo em vista os grandes contributos deu ao campo da Educação Ambiental e à REDELUSO, em especial. Portanto, a carta é metaforicamente escrita a ela por uma jovem educadora ambiental de Moçambique chamada Josela. A leitura da carta por parte da Josela, grávida do seu primeiro filho, simboliza a esperança num futuro melhor e reafirma o compromisso com as próximas gerações. Assim, respetivamente, Michèle e Josela, simbolizam o passado e o futuro, a nossa história e o nosso compromisso com a construção de um futuro melhor.



Propõe-se que nos próximos congressos, se possa assegurar a seleção de um projeto de cooperação em Educação Ambiental para ser desenvolvido no país anfitrião, com financiamento de uma campanha colaborativa, numa parceria entre a sociedade civil e outras instituições.

Por forma a incentivar jovens a se integrarem e a permanecerem no campo da Educação Ambiental foi proposto que cada edição dos próximos congressos, deverão ser identificados e dar destaque a jovens ativistas e líderes locais com ações de intervenção comunitária.

Foram criados dois grupos de trabalho para tratar da criação de uma Rede de Centros de Educação Socioambiental e para criar sinergias de cooperação entre instituições de ensino superior que possam fortalecer a Pesquisa e Pós-Graduação no campo da Educação Ambiental nos países e comunidades da CPLP e Galiza. Esses dois grupos emergiram na confluência do objetivo de identificar possibilidades de cooperação para fomentar ações palpáveis e articuladas com as estratégias e políticas públicas de Educação Ambiental.



ANEXO

Carta de Maputo





**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO | 4 a 7 julho 2023



CARTA DE MAPUTO¹

à memória de Michèle Sato²

Querida Michèle,

Lembramo-nos muito de você em Maputo.

Lembramo-nos que o início da Rede Lusófona de Educação Ambiental contou com a sua energia e entusiasmo, num encontro de educadores ambientais de diferentes países de língua portuguesa, que decorreu em janeiro de 2005, na Ericeira - Portugal. Foi graças ao compromisso, ao saber e ao espírito integrador de pessoas como você, que chegamos ao VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza, em Moçambique, com muitas experiências e histórias para contar.

A caminhada sempre foi repleta de desafios e mesmo diante de um cenário socioambiental cada vez mais inquietante, que nos exige coragem e esperança, continuamos a lutar por sociedades mais democráticas, socialmente justas e ambientalmente responsáveis. Em cada momento de encontro e de partilha, procuramos fortalecer-nos de forma coletiva, de maneira solidária, com muitas trocas permeadas pela força e pela beleza das nossas diversidades, que nos faz únicos e, ao mesmo tempo, múltiplos através dos nossos jeitos e formas de ver o mundo.

¹ Esta carta é parte do resultado das reflexões **do VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza** (3 a 7 de julho | Maputo/Moçambique). O texto foi escrito com base nos debates que ocorreram ao longo do congresso, nas sessões plenárias, nas salas de comunicações orais, nas oficinas, nos minicursos e nas sessões paralelas. Para a redação deste documento foi indicado pela Comissão Científica um grupo de pessoas de diferentes países, composto por: Marília Andrade Torales Campos; Germán Vargas Callejas; Hassana Octávio Lima; Aidil Borges; Kylyan Marc Bisquert i Pérez; Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Pablo Ángel Meira Cartea; Filomena Cardoso Martins, Clara Justino; Pedro Martins; Carlos Serra e Joaquim Ramos Pinto. Este grupo foi apoiado por Josela Capassura Bande e Bruno Gomes.

² Este documento representa uma homenagem à Prof.^a Doutora Michèle Sato († 2023), tendo em vista os grandes contributos deu ao campo da Educação Ambiental e à REDELUSO, em especial. Portanto, a carta é **metaforicamente** escrita a ela por uma jovem educadora ambiental de Moçambique chamada Josela. A leitura da carta por parte da Josela, grávida do seu primeiro filho, simboliza a esperança num futuro melhor e reafirma o compromisso com as próximas gerações. Assim, respetivamente, Michèle e Josela, simbolizam o passado e o futuro, a nossa história e o nosso compromisso com a construção de um futuro melhor.



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO | 4 a 7 julho 2023



Michèle, quantas vezes falámos da capacidade das pessoas para transformar o mundo, na esperança de um futuro melhor! Continuamos a acreditar nisso, mas não perdemos a perspetiva de que somente cidadãos e cidadãs sensibilizados, informados e capacitados são capazes de olhar e agir a partir dos pressupostos de justiça, de cooperação, de democracia e de cuidado com a vida. Nos dias em que o congresso decorria, reafirmamos o nosso compromisso em diferentes momentos, nos quais estivemos a tratar de velhas e novas questões da Educação Ambiental nos nossos países.

Ao longo de todos os momentos do congresso, muitas pessoas foram chegando, trazendo os seus saberes e experiências, mostrando as suas formas de ser e de estar no mundo. Como foi bonito presenciar tantos reencontros! Em diferentes momentos, falámos da Educação Ambiental e dos nossos desafios coletivos, que precisam ser enfrentados por meio da cooperação e da solidariedade entre os nossos países. Falamos da cidadania, dos limites planetários, dos desafios globais e da diversidade natural e cultural como fundamento da nossa ação.

Foi motivador ver muitos dos trabalhos desenvolvidos nestes 18 anos da REDELUSO sendo concretizados por meio de seus resultados e do envolvimento de diferentes comunidades. Essa dinâmica que, em muito, têm contribuído para o reforço do papel político da Educação Ambiental é um elementos-chave para a construção de sociedades mais democráticas e para promover novas formas de governança em diferentes tipos de organizações políticas e da sociedade civil, por meio de metodologias participativas, inclusivas e de decisões coletivas.

Neste congresso, a REDELUSO apresentou o resultado do processo de construção das Linhas Orientadoras de apoio à “Elaboração, Implementação, Revisão e Avaliação das Estratégias e Programas Nacionais de Educação Ambiental”. Este processo decorreu num período de 14 meses e foi partilhado por muitas pessoas em diferentes países e comunidades. Você esteve connosco em boa parte desse processo e, com certeza, ficaria muito contente com o resultado. As Linhas Orientadoras estão pautadas em princípios democráticos e constituem-se a partir do trabalho e das experiências desenvolvidas durante os últimos anos por diferentes grupos, pessoas e instituições.



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO | 4 a 7 julho 2023



O documento já foi acolhido na IX Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP e aponta diretrizes e recomendações para a elaboração e implementação das Estratégias Nacionais de Educação Ambiental, como forma de responder aos desafios que surgem num cenário de emergência climática e de crise socioambiental global. Sei que será um grande desafio a partir de agora para a REDELUSO, pois será preciso acompanhar os encaminhamentos que decorrerão deste processo, mas estaremos preparados, com a coragem que nunca nos faltou.

Sabe Michèle... percebemos que o conceito de limites planetários tem sido convertido num tabu, no campo da Educação Ambiental. A exclusão do conceito de limites da práxis da Educação Ambiental no discurso, por vezes, hegemónico, tem sido fruto de uma estratégia construída para salvaguardar o mito que aponta o crescimento da economia como condição indispensável para alcançar o desenvolvimento humano e para a sustentabilidade da vida no planeta. Este caminho não se fundamenta ou se justifica na prática, como demonstra o fracasso reiterado das políticas globais de resposta ao desafio climático. Neste sentido, notamos que precisam ser criadas alternativas que respondam ao imperativo de equilibrar recursos e demandas ambientais com critérios de justiça e equidade. Conforme o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, nos comentou no seu discurso de abertura do congresso, precisamos abordar estas questões para respeitar os limites planetários e sociais ameaçados pela crise climática e pela perda de biodiversidade.

Precisamos adotar novas perspetivas para enfrentar a crise socioambiental. Este processo requer uma presença institucional efetiva da Educação Ambiental na interseção entre as políticas públicas educativas e ambientais. Ou seja, precisamos promover ações que permitam a concretização de estratégias que sejam significativas para todos os setores da população. Sabemos que não será fácil construir alternativas socioambientais democráticas, descolonizadas e justas, sem espaços participativos que considerem e expressem a diversidade humana que caracteriza a trajetória da REDELUSO.

No terceiro dia do Congresso, os participantes dos diversos países tiveram a oportunidade de visitar locais de interesse ambiental e cultural, tomando contacto com experiências, vivências e realidades variadas. Estivemos no Parque Nacional de Maputo na Ponta do Ouro, no litoral de Marracuene, cobrindo Gazene, Macaneta e a ilha de



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO | 4 a 7 julho 2023



Mbenguelene, do alto da Namaacha a Chagalane, bem como, fizemos uma visita itinerante aos museus de Maputo. Ficaram registados os esforços no restauro de ecossistemas, na inclusão e no empoderamento das comunidades, na educação e na sensibilização das populações, com foco nas crianças e nos jovens, mas também nos desafios ambientais e climáticos, incluindo a questão do acesso à energia e à água. As visitas permitiram, igualmente, um maior intercâmbio entre todos, trocando experiências entre os diversos países e fortalecendo o debate sobre as linhas de futura cooperação.

Também nos temos preocupado com a relação entre Educação Ambiental e cidadania. Mais uma vez, nos reafirmamos na construção de uma cidadania crítica que reivindica o nosso direito de decidir e de transformar, sem se limitar à mera presença passiva. Estamos a falar de crianças, jovens, adultos, idosos, mulheres - de todas as pessoas do mundo, sobretudo no nosso espaço lusófono, preocupados com uma participação real e transformadora. Cidadãos democráticos, capazes de propor ideias e trabalhar lado a lado, de mãos dadas, com educadores, políticos e outros agentes sociais, para mudar a realidade socioambiental local, nacional e global.

Por isso, cada um de nós levará deste congresso uma missão: apoiar os Pontos Focais de REDELUSO no fortalecimento de todos os atores que atuam no campo da Educação Ambiental em cada país, para construir e para implementar políticas públicas de Educação Ambiental, conforme apontam as recomendações emanadas das Declarações da VIII e IX Reuniões de Ministros de Ambiente da CPLP. Neste sentido, gostaríamos de manifestar nosso compromisso, convidando os participantes neste congresso para ajudarem a desencadear processos de diálogo com as organizações comprometidas com a Educação Ambiental, de forma a estimular os respetivos governos para que possam iniciar os seus processos de elaboração ou reativação da Estratégia ou Programa Nacional de Educação Ambiental.

Neste quadro de desafios comuns e problemas partilhados, não nos esquecemos da riqueza da diversidade natural e cultural que nos une, para enfrentar desafios como a emergência climática, a poluição, a destruição dos ecossistemas, a perda da biodiversidade, as injustiças socioambientais, as desigualdades, a fome e a pobreza.



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO | 4 a 7 julho 2023



Como você pode ver, querida Michèle, no diálogo e na confluência de ideias por meio da palavra respeitosa, do sorriso cúmplice e do aplauso encorajador, identificamos e enfrentamos problemas e desafios urgentes, entre os quais compartilhamos com você os seguintes:

- Como sensibilizar os cidadãos dos nossos países para a gravidade dos riscos de vida que enfrentamos como humanidade?
- Como nos coordenamos e atuamos como cidadãos diante dos desafios locais, nacionais e globais, respeitando e valorizando nossa diversidade?
- Como implementamos uma governança global democrática, justa e imbuída dos princípios de cuidado com a vida ao nível local e planetário?
- Como fortalecemos e consolidamos as nossas ações de Educação Ambiental junto da CPLP?
- Como tornamos realidade os conceitos de cooperação, solidariedade e justiça para que todas as comunidades lusófonas tenham acesso a uma Educação Ambiental crítica, inovadora e transformadora?

As respostas a estas questões certamente não são simples, mas precisamos avançar na construção de caminhos possíveis. Neste sentido, algumas estratégias emergem das nossas experiências, como alternativas para materializar o “espírito de solidariedade, partilha e amizade que nos une”. Uma proposta para os próximos congressos, foi a de selecionar a cada edição, um pequeno projeto de cooperação em Educação Ambiental para ser desenvolvido no país anfitrião, com financiamento de uma campanha colaborativa, em parceria entra a sociedade civil e outras instituições. Queremos, também, que cada congresso, continue a inspirar-nos, tal como você o fez. Por outro lado, precisamos incentivar jovens a se integrarem e a permanecerem no campo da Educação Ambiental. Para isso, em cada edição dos próximos congressos, poderíamos identificar e destacar jovens ativistas e líderes locais com ações de intervenção comunitária.



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO | 4 a 7 julho 2023



De maneira concreta, durante os espaços de partilha e diálogo realizado nos primeiros momentos do congresso, buscou-se identificar a convergência de interesses para o desenvolvimento de futuras ações. Neste sentido, foram criados dois grupos de trabalho para tratar da criação de uma Rede de Centros de Educação Socioambiental e para criar sinergias de cooperação entre instituições de ensino superior que possam fortalecer a Pesquisa e Pós-Graduação no campo da Educação Ambiental nos países e comunidades da CPLP e Galiza. Esses dois grupos emergiram na confluência do objetivo de identificar possibilidades de cooperação para fomentar ações palpáveis e articuladas com as estratégias e políticas públicas de Educação Ambiental.

Além disso, a estrutura orgânica aprovada para o funcionamento da REDELUSO dar-nos-à maior capacidade de articulação e ação coletiva. A partir de agora, a nossa Rede contará com um conselho de coordenação, formado por dois representantes de cada um dos países da CPLP e Galiza. A sua coordenação será exercida por dois representantes da REDELUSO, os quais, em conjunto com o conselho de coordenação, terão a reponsabilidade, entre outras, por meio de uma comissão permanente, de acompanhar e apoiar a aplicação das Linhas Orientadoras das Estratégias e Programas Nacionais de Educação Ambiental nos países da CPLP e Galiza, bem como, por meio de uma segunda comissão permanente, atuar na coordenação da comissão científica de apoio à organização dos Congressos Internacionais de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza.

Para criar melhores condições para desenvolver este trabalho, recomendamos aos governos dos países membros e Galiza, em conjunto com o Secretariado Executivo da CPLP, que possam colocar na agenda política um programa piloto de mobilidade entre os seus estados membros, para facilitar o deslocamento de cidadãos e cidadãs dos países que compõem a CPLP, para efeitos de estudo, investigação e programas de cooperação no âmbito das iniciativas que são desencadeadas pela REDELUSO, especialmente no que se refere a participação nos congressos lusófonos.

Michèle, esta carta foi escrita no meu país, um lugar lindo e muito acolhedor, onde pudemos estar juntos e desfrutar, durante vários dias, de experiências e de momentos de diálogo sobre a Educação Ambiental. O nosso sentimento é de **gratidão a Moçambique**, por



**VII CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
MAPUTO | 4 a 7 julho 2023



ter acolhido o VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza. Foi um grande congresso, que eu poderia dizer, usando uma expressão muito comum entre os jovens de meu país, que foi um evento *maningue nice* (muito bom). Quero contar-te, também, que acabamos de saber que o Brasil, o seu grande e belo país, o lugar que te viu nascer e crescer, nos receberá em 2025. Teremos muito trabalho até lá, mas o encontro, desde já fica marcado.

Hoje, a poucos meses de ser mãe pela primeira vez, sinto-me muito feliz pelas conquistas que tivemos até agora. Estou cheia de esperança num mundo em que a Educação Ambiental seja abordada com profundidade e importância que lhe deve ser conferida, de forma a ser vivida de maneira natural, sendo base para a sociedade, desta e das futuras gerações. Por este motivo, eu quero ensinar ao meu filho que a Educação Ambiental é a chave para a sustentabilidade e para a construção de um mundo melhor.

Por fim, querida Michèle, *khanimambo*³ por tudo, por sua inspiradora presença e pelos muitos aportes que deixou no campo da Educação Ambiental. Graças a essas contribuições, hoje sabemos que a esperança é a energia que nos transforma e que pode mudar o mundo.

Josela

7 de julho de 2023

Maputo, Moçambique.

³ Em língua changana, idioma utilizado no sul de Moçambique, significa “obrigado” em língua portuguesa.



Rua da Murgueira, 9
Zambujal - Alfragide
2610-124 Amadora

geral@apambiente.pt
T. (+351) 21 472 82 00

apambiente.pt

